CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Cláudio Abrantes, favorável à proposição, na forma do parecer da CEOF. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
– Apreciação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

(13º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 1.631, DE 2013,** do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências".
– Parecer do relator da CAS, Deputada Celina Leão, favorável à proposição, com apresentação de emenda. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
– Parecer do relator da CEOF, Deputado Rôney Nemer, favorável à proposição, rejeitando a emenda apresentada. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes), ressalvado o destaque.
– Parecer do relator da CCJ, Deputado Aylton Gomes, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
– Votação da emenda nº 1 da CAS, destacada. **REJEITADA** com 10 votos contrários e 3 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Obs.: A folha de votação nominal será publicada na ata circunstanciada.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

– Convoca os deputados para sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

Expediente lido na 19ª Sessão Extraordinária, em 11 de setembro de 2013

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Mesa Diretora
Gabinete da Mesa Diretora

LIDO
Em 11/9/13
Assessoria de Plenário

PL 1633 /2013

PROJETO DE LEI
(Autoria do Projeto: Mesa Diretora)

Dispõe sobre a recomposição das tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

> SETAS - 000005 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Ficam recompostas as tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da seguinte forma:

I – 10 % (dez por cento), a partir de 1º de janeiro de 2014;

II – 6% (seis por cento), a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 2º As disposições contidas nesta Lei aplicam-se, no que couber, aos aposentados e pensionistas da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e o atendimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Art. 4º Cabe à Mesa Diretora publicar as tabelas de remuneração decorrentes da recomposição efetuada por esta Lei.

Art. 5º Correrão por conta da dotação orçamentária própria da Câmara Legislativa as despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por finalidade recompor as tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a exemplo do que ocorre com outras categorias do Distrito Federal.

O projeto de lei também tem por finalidade valorizar e reter profissionais de alto nível de qualificação, compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições das carreiras legislativas, em consonância com os parâmetros estabelecidos no § 1º do art. 39 da Constituição Cidadã e com a política de valorização de recursos humanos estabelecida por esta Casa de Leis.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 11/9/13 às 17h
Assinatura Matrícula

> SETAS - 000006 < 2

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Por fim, destacamos que a despesa decorrente da execução deste projeto de lei encontra-se em conformidade com as disposições orçamentárias e financeiras em vigor e, ainda, em consonância com os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme declaração do Ordenador de Despesa desta Casa.

Assim, o presente projeto de lei atenderá as reivindicações dos servidores desta Casa e aos ditames constitucionais e infraconstitucionais, razão pela qual solicitamos aos nobres pares sua aprovação.

Sala das Sessões, em de setembro de 2013.

Deputado **WASNY DE ROURE**
Presidente

Deputado **AGACIEL MAIA**
Vice-Presidente

Deputada **ELIANA PEDROSA**
Primeira Secretária

Deputado **Prof. ISRAEL BATISTA**
Segundo Secretário

Deputado **AYLTON GOMES**
Terceiro Secretário

> SETAS - 000007 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Declaro, nos termos dos arts. 16, I e II, 19, 20, 21 e 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 44, § 3º, da Lei Distrital nº 5.164/13, que:

a) o impacto financeiro desta proposta será de R$ 25.590.435,15 em 2014 e de R$ 16.477.790,38 em 2015. O reajuste da remuneração dos servidores corresponde à reposição de perdas inflacionárias, segregado em duas etapas: 10% (dez por cento) a partir de Janeiro de 2014 e 6% (seis por cento) a partir de Janeiro de 2015;

b) o impacto orçamentário gerado decorrente da aprovação do Projeto de Lei em questão é plenamente suportado pelas dotações orçamentárias – Fonte 100, previstas para os Exercícios 2014 e 2015;

c) o impacto fiscal decorrente do acréscimo de despesa atingirá o limite de 1,58% em 2014 e 1,57% em 2015, inferior ao limite máximo de 1,70% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, previsto para as despesas com pessoal da Câmara Legislativa do DF, de acordo com a Decisão TCDF nº 4.056/2009;

d) o aumento da referida despesa é compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2014, conforme previsto no Anexo IV da LDO 2014.

Brasília, 06 de setembro de 2013.

JOAN GOES MARTINS FILHO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

> SETAG - 000008 <

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - PROJEÇÕES

REAJUSTES : 10 % EM JANEIRO DE 2014 e 6 % EM JANEIRO DE 2015

	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			DESPESAS COM PESSOAL DA CLDF		% LRF	
	MENSAL (a)	ÚLT. 12 MESES (b)		MENSAL (c)	ÚLT. 12 MESES (d)	PARTICIPAÇÃO % (e) = (d / b)	
jan/13	1.120.642.154,33	14.405.224.785,36		17.399.262,34	212.604.102,75	1,48%	
fev/13	1.083.802.012,78	14.523.292.077,40		17.493.229,81	214.387.520,40	1,48%	
mar/13	1.088.442.495,67	14.545.603.829,33		16.956.452,84	215.945.112,60	1,48%	
abr/13	1.434.052.273,99	**14.725.862.459,20**		16.839.013,63	**217.555.527,08**	**1,48%**	1º QUADR. 2013
mai/13	1.670.262.630,03	15.056.110.013,15		18.107.942,30	219.845.319,25	1,46%	
jun/13	1.337.419.005,88	15.211.218.945,85		21.638.788,36	221.890.842,90	1,46%	
jul/13	1.335.556.131,40	15.354.156.133,23		17.946.967,07	223.494.806,08	1,46%	
ago/13	1.275.641.343,92	**15.457.109.056,84**		17.936.652,22	**225.053.284,13**	**1,46%**	2º QUADR. 2013
set/13	1.314.705.373,55	15.530.731.923,22	GPE 12,5 %	18.396.685,87	226.961.680,61	1,46%	(PROJEÇÃO)
out/13	1.297.010.851,74	15.634.824.773,86		18.291.775,04	228.650.155,11	1,46%	
nov/13	1.246.403.220,88	15.793.485.130,85		18.494.965,31	230.348.518,17	1,46%	
dez/13	1.720.018.853,04	**15.923.956.347,21**		36.256.571,83	**235.758.306,62**	**1,48%**	3º QUADR. 2013
jan/14	1.198.460.618,22	16.001.774.811,10	REAJ. 10 %	21.043.287,35	239.402.331,63	1,50%	(PROJEÇÃO)
fev/14	1.147.985.687,42	16.065.958.485,74		21.273.966,72	243.183.068,54	1,51%	
mar/14	1.182.797.628,35	16.160.313.618,42		20.551.523,09	246.778.138,79	1,53%	
abr/14	1.536.083.182,53	**16.262.344.526,96**		20.539.319,13	**250.478.444,29**	**1,54%**	1º QUADR. 2014
mai/14	1.817.918.133,47	16.410.000.030,40		20.445.722,35	252.816.224,34	1,54%	(PROJEÇÃO)
jun/14	1.458.516.009,06	16.531.097.033,58		24.793.533,63	255.970.969,61	1,55%	
jul/14	1.450.635.246,05	16.646.176.148,23		20.549.105,02	258.573.107,56	1,55%	
ago/14	1.386.789.896,51	**16.757.324.700,82**		20.523.630,99	**261.160.086,33**	**1,56%**	2º QUADR. 2014
set/14	1.429.492.104,15	16.872.111.431,42	GPE 0 %	20.911.137,18	263.674.537,64	1,56%	(PROJEÇÃO)
out/14	1.404.252.673,44	16.979.353.253,13		20.800.479,35	266.183.241,95	1,57%	
nov/14	1.368.828.734,15	17.101.778.766,40		20.924.666,27	268.612.942,91	1,57%	
dez/14	1.875.498.895,24	**17.257.258.808,60**		40.750.582,55	**273.106.953,63**	**1,58%**	3º QUADR. 2014
jan/15	1.282.681.767,13	17.341.479.957,50	REAJ. 6 %	23.138.639,63	275.202.305,91	1,59%	(PROJEÇÃO)
fev/15	1.215.978.160,23	17.409.472.430,31		23.318.378,74	277.246.717,93	1,59%	
mar/15	1.285.393.449,78	17.512.068.251,74		22.559.824,75	279.255.019,59	1,59%	
abr/15	1.645.420.979,60	**17.621.406.048,81**		22.592.832,57	**281.308.533,03**	**1,60%**	1º QUADR. 2015
mai/15	1.982.231.150,46	17.785.719.065,80		22.505.694,83	283.368.505,51	1,59%	(PROJEÇÃO)
jun/15	1.586.573.562,22	17.913.776.618,97		27.287.943,71	285.862.915,59	1,60%	
jul/15	1.569.943.343,70	18.033.084.716,62		22.624.101,43	287.937.912,00	1,60%	
ago/15	1.512.561.518,89	**18.158.856.339,00**		22.583.678,53	**289.997.959,54**	**1,60%**	2º QUADR. 2015
set/15	1.559.074.791,19	18.288.439.026,04		22.778.944,38	291.865.766,74	1,60%	(PROJEÇÃO)
out/15	1.520.459.844,96	18.404.646.197,55		22.683.364,17	293.748.651,56	1,60%	
nov/15	1.500.261.671,13	18.536.079.134,53		22.807.862,29	295.631.847,58	1,59%	
dez/15	2.045.700.849,49	**18.706.281.088,79**		38.755.102,96	**293.636.367,99**	**1,57%**	3º QUADR. 2015
jan/16	1.372.824.708,90	18.796.424.030,57		23.526.789,58	294.024.517,94	1,56%	(PROJEÇÃO)
fev/16	1.288.005.847,99	18.868.451.718,33		23.688.962,44	294.395.101,64	1,56%	
mar/16	1.393.664.041,96	18.976.722.310,51		22.924.209,70	294.759.486,59	1,55%	
abr/16	1.762.593.619,90	**19.093.894.950,81**		22.960.687,00	**295.127.341,02**	**1,55%**	1º QUADR. 2016
mai/16	2.161.402.377,48	19.273.066.177,83		22.868.143,36	295.489.789,55	1,53%	(PROJEÇÃO)
jun/16	1.730.207.515,83	19.416.700.131,44		27.738.740,96	295.940.586,80	1,52%	
jul/16	1.699.192.834,73	19.545.949.622,47		22.997.190,83	296.313.676,20	1,52%	
ago/16	1.644.465.716,14	**19.677.853.819,71**		22.946.913,24	**296.676.910,91**	**1,51%**	2º QUADR. 2016
set/16	1.700.412.759,83	19.819.191.788,36		23.145.479,49	297.043.446,02	1,50%	(PROJEÇÃO)
out/16	1.649.225.785,92	19.947.957.729,32		23.049.099,90	297.409.181,75	1,49%	
nov/16	1.648.095.671,04	20.095.791.729,23		23.174.986,21	297.776.305,67	1,48%	
dez/16	2.232.055.602,42	**20.282.146.482,15**		44.042.865,82	**303.064.068,53**	**1,49%**	3º QUADR. 2016 (PROJEÇÃO)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

> SETAS - 000009 <

ESTIMATIVAS DAS DESPESAS COM PESSOAL DA CLDF - EXERCÍCIO 2013

POR ELEMENTO / SUBELEMENTO DE DESPESA

MEMÓRIA DE CÁLCULO - 2013

PROGRAMA DE TRABALHO : ADMINSTRAÇÃO DE PESSOAL

8% GPE de 12,5%

SUBELEMENTO DE DESPESA	Liquidado JANEIRO	Liquidado FEVEREIRO	Liquidado MARÇO	Liquidado ABRIL	Liquidado MAIO	Liquidado JUNHO	Liquidado JULHO	Liquidado AGOSTO	*Estimativa* SETEMBRO	*Estimativa* OUTUBRO	*Estimativa* NOVEMBRO	*Estimativa* DEZEMBRO	*Estimativa* ANUAL
Vencimentos	9.835.476,58	9.833.745,26	9.800.936,55	9.765.883,98	10.572.773,24	10.759.745,54	10.550.779,62	10.502.317,96	11.290.154,17	11.301.444,32	11.324.047,21	11.335.371,26	128.872.878,71
Adicional por tempo de serviço	1.080.621,77	1.086.119,73	1.085.271,01	1.083.327,73	1.183.931,53	1.187.616,42	1.199.099,05	1.204.169,19	1.309.657,88	1.322.288,99	1.330.575,55	1.343.241,49	14.415.900,34
Férias	999.164,07	278.472,07	113.508,90	83.324,08	82.326,94	142.167,59	114.517,63	177.726,57	250.610,16	167.334,64	218.061,59	2.956.788,44	5.584.002,88
Adicional de insalubridade	103.989,56	98.754,60	95.261,02	103.452,64	103.439,81	113.895,30	114.566,36	119.495,14	129.836,77	129.966,61	130.228,54	130.356,77	1.373.261,13
Gratificação de Titularidade	735.412,74	744.789,08	751.056,44	742.058,43	809.310,81	811.486,04	817.905,12	817.933,06	880.632,03	881.512,66	888.937,71	889.826,64	9.773.860,75
Gratificação natalícia	1.026.712,18	451.666,20	292.852,87	249.559,46	272.994,24	3.504.324,79	1.870,25	2.686,99	66.829,38	33.466,93	50.321,80	11.729.957,32	17.685.222,51
Férias Abono Pecuniário	900.641,25	315.582,78	236.803,66	239.133,40	263.200,73	281.845,05	137.788,42	195.677,86	267.317,51	200.801,57	268.383,49	2.956.788,44	6.243.964,16
Vantagem pessoal nomin. Identif.	206.821,36	206.821,36	205.359,06	200.371,48	214.476,42	209.425,85	210.277,82	200.173,10	200.173,10	200.173,10	200.173,10	200.173,10	2.454.429,85
Abono especial	29.414,68	29.426,85	29.355,01	29.187,42	29.201,24	29.045,58	29.047,58	29.124,15	29.124,15	29.124,15	29.124,15	29.124,15	350.279,31
Incorporação de décimos	0,00												0,00
Repres./Venc. Sem vínculo efetivo	1.611.685,88	1.624.017,75	1.624.191,74	1.843.188,37	1.774.183,36	1.782.643,37	1.778.149,00	1.789.630,15	1.789.630,15	1.789.630,15	1.789.630,15	1.789.630,15	20.786.208,22
Gratificação de atividade legislativa	1.579.034,25	1.581.002,09	1.576.289,64	1.568.199,67	1.705.200,63	1.705.793,37	1.713.880,15	1.711.152,32	953.763,05	954.972,05	956.881,99	957.838,87	16.964.008,98
Abono de Permanência	93.371,80	96.171,42	100.584,49	95.580,43	121.718,61	119.488,30	113.503,90	121.933,24	124.371,90	124.371,90	124.371,90	124.371,90	1.359.819,61
	18.207.346,12	16.346.569,21	15.911.503,39	15.803.225,09	17.132.757,56	20.627.477,30	16.781.384,90	16.671.999,73	17.282.101,15	17.135.067,06	17.310.735,29	34.443.468,55	223.863.635,36
TOTAL : 31.90.11	17.213.333,27	15.934.815,01	15.574.115,24	15.468.531,26	16.747.838,22	20.246.143,95	16.530.092,58	16.554.388,63	16.900.411,74	16.809.893,59	16.917.979,89	31.362.308,21	216.259.851,58

SUBELEMENTO DE DESPESA	Liquidado JANEIRO	Liquidado FEVEREIRO	Liquidado MARÇO	Liquidado ABRIL	Liquidado MAIO	Liquidado JUNHO	Liquidado JULHO	Liquidado AGOSTO	*Estimativa* SETEMBRO	*Estimativa* OUTUBRO	*Estimativa* NOVEMBRO	*Estimativa* DEZEMBRO	*Estimativa* ANUAL
INSS	0,00	1.410.442,86	1.162.625,66	1.147.910,67	1.152.946,11	1.217.645,47	1.231.400,29	1.232.685,82	1.234.844,80	1.234.844,80	1.234.844,80	2.222.720,65	14.483.112,14
Inscrição em Restos a Pagar												1.667.040,48	1.667.040,48
31.90.92.13 – exercícios anteriores													
TOTAL : 31.90.13	0,00	1.410.442,86	1.162.625,66	1.147.910,67	1.152.946,11	1.217.645,47	1.231.400,29	1.232.685,82	1.234.844,80	1.234.844,80	1.234.844,80	3.889.761,13	16.150.152,62

SUBELEMENTO DE DESPESA	Liquidado JANEIRO	Liquidado FEVEREIRO	Liquidado MARÇO	Liquidado ABRIL	Liquidado MAIO	Liquidado JUNHO	Liquidado JULHO	Liquidado AGOSTO	*Estimativa* SETEMBRO	*Estimativa* OUTUBRO	*Estimativa* NOVEMBRO	*Estimativa* DEZEMBRO	*Estimativa* ANUAL
CONTRIB. RPPS/SERVIDOR EFETIVO	0,00	14.916,54	13.753,94	14.387,14	13.463,28	14.391,88	15.748,54	0,00	32.000,00	16.952,17	16.986,07	50.958,21	203.557,77
Inscrição em Restos a Pagar													0,00
31.91.92.13 – exercícios anteriores													
TOTAL : 31.91.13	0,00	14.916,54	13.753,94	14.387,14	13.463,28	14.391,88	15.748,54	0,00	32.000,00	16.952,17	16.986,07	50.958,21	203.557,77

SUBELEMENTO DE DESPESA	Liquidado JANEIRO	Liquidado FEVEREIRO	Liquidado MARÇO	Liquidado ABRIL	Liquidado MAIO	Liquidado JUNHO	Liquidado JULHO	Liquidado AGOSTO	*Estimativa* SETEMBRO	*Estimativa* OUTUBRO	*Estimativa* NOVEMBRO	*Estimativa* DEZEMBRO	*Estimativa* ANUAL
Substituições	169.574,11	92.509,18	5.253,13	62.028,57	63.539,27	69.904,33	40.449,66	75.272,59	90.720,00	85.050,00	85.050,00	124.740,00	964.090,84
Adicional Noturno	16.354,96	25.681,68	14.575,23	22.902,27	21.544,17	23.939,03	23.747,48	32.629,98	23.709,32	35.034,48	35.104,55	23.804,28	299.027,43
Horas extras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gratif. Encargos de Seleção Aperf.	0,00	0,00	0,00	4.913,28	25.656,24	0,00	15.919,20	4.716,80	15.000,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	86.207,52
	185.929,07	118.190,86	19.828,36	89.844,12	110.741,68	93.843,36	80.116,34	112.619,37	129.429,32	130.084,48	125.154,55	153.544,28	1.349.325,79
TOTAL : 31.90.16	185.929,07	118.190,86	19.828,36	89.844,12	110.741,68	93.843,36	80.116,34	112.619,37	129.429,32	130.084,48	125.154,55	153.544,28	1.349.325,79

PROGRAMA DE TRABALHO : RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

SUBELEMENTO DE DESPESA	Liquidado JANEIRO	Liquidado FEVEREIRO	Liquidado MARÇO	Liquidado ABRIL	Liquidado MAIO	Liquidado JUNHO	Liquidado JULHO	Liquidado AGOSTO	*Estimativa* SETEMBRO	*Estimativa* OUTUBRO	*Estimativa* NOVEMBRO	*Estimativa* DEZEMBRO	*Estimativa* ANUAL
Ressarc. Pessoal Requisitado	0,00	14.864,54	186.129,44	118.340,44	92.953,01	86.563,70	89.609,32	36.956,40	100.000,00	100.000,00	200.000,00	800.000,00	1.795.418,85
Inscrição em Restos a Pagar													0,00
TOTAL : 31.90.96	0,00	14.864,54	186.129,44	118.340,44	92.953,01	86.563,70	89.609,32	36.956,40	100.000,00	100.000,00	200.000,00	800.000,00	1.795.418,85
TOTAL A SER CONSIDERADO NA APURAÇÃO QUADRIMESTRAL	17.399.262,34	17.493.229,81	16.956.452,84	16.839.013,63	16.107.942,30	21.638.788,36	17.946.967,07	17.936.652,22	18.396.685,87	18.291.775,04	18.494.965,31	36.256.671,83	235.759.306,82

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

> SETAS - 000010 <

ESTIMATIVAS DAS DESPESAS COM PESSOAL DA CLDF - EXERCÍCIO 2014

POR ELEMENTO / SUBELEMENTO DE DESPESA

MEMÓRIA DE CÁLCULO - 2014

PROGRAMA DE TRABALHO : ADMINSTRAÇÃO DE PESSOAL

	10%					GPE de 0%							
SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
Vencimentos	12.481.377,29	12.506.340,05	12.531.352,73	12.543.884,08	12.568.971,85	12.594.109,79	12.606.703,90	12.631.917,31	13.509.835,58	13.523.345,40	13.550.392,09	13.563.942,46	154.612.172,55
Adicional por tempo de serviço	1.485.283,90	1.494.507,64	1.503.762,33	1.511.538,03	1.520.845,59	1.536.481,39	1.556.927,93	1.566.357,75	1.702.239,26	1.703.941,52	1.720.899,89	1.749.748,58	19.052.533,74
Férias	1.211.900,04	343.005,42	148.735,97	102.379,77	37.306,60	224.381,84	243.784,42	244.374,90	285.939,72	190.792,45	248.641,11	3.251.255,05	6.532.497,32
Adicional de insalubridade	143.535,84	143.822,91	144.110,56	144.254,67	144.543,18	144.832,26	144.977,09	145.267,05	155.363,11	155.518,47	155.829,51	155.985,34	1.778.039,98
Gratificação de Titularidade	979.788,12	981.747,69	995.242,54	997.238,78	999.233,26	1.001.231,73	1.021.143,02	1.029.501,28	1.107.806,52	1.108.914,32	1.111.132,15	1.112.243,28	12.446.222,68
Gratificação natalícia	1.258.155,77	556.225,00	371.839,93	297.832,05	298.452,82	4.300.651,94	18.752,85	3.759,01	76.250,59	38.158,49	57.378,72	13.320.588,36	20.596.045,93
Férias Abono Pecuniário	1.110.137,45	389.357,50	297.471,85	297.832,05	298.452,82	373.969,73	318.795,01	225.576,84	305.002,37	228.950,95	306.019,83	3.251.255,05	7.402.821,55
Vantagem pessoal nomin. Identif.	220.190,41	220.190,41	220.190,41	220.190,41	220.190,41	220.190,41	220.190,41	220.190,41	220.190,41	220.190,41	220.190,41	220.190,41	2.642.284,92
Abono especial	32.036,57	32.036,57	32.036,57	32.036,57	32.036,57	32.036,57	32.036,57	32.036,57	32.036,57	32.036,57	32.036,57	32.036,57	384.438,78
Incorporação de décimos	0,00												0,00
Repres./Venc. Sem vinculo efetivo	1.968.593,17	1.968.593,17	1.968.593,17	1.968.593,17	1.968.593,17	1.968.593,17	1.968.593,17	1.968.593,17	1.968.593,17	1.968.593,17	1.968.593,17	1.968.593,17	23.623.117,98
Gratificação de atividade legislativa	1.054.676,38	1.058.785,73	1.058.899,31	1.059.958,20	1.062.078,12	1.064.202,28	1.065.266,46	1.067.397,01	229.774,58	229.896,87	230.356,67	230.587,02	9.409.878,65
Abono de Permanência	136.809,09	136.809,09	136.809,09	136.809,09	136.809,09	136.809,09	136.809,09	136.809,09	136.809,09	136.809,09	136.809,09	136.809,09	1.641.708,08
	22.062.484,02	19.829.421,16	19.410.044,54	19.312.546,86	19.287.513,48	23.597.490,20	19.333.979,73	19.271.780,96	19.729.840,87	19.537.147,72	19.738.279,10	38.993.234,41	260.123.763,16
TOTAL : 31.90.11	20.835.537,48	19.303.254,58	18.975.783,51	18.877.905,72	18.852.251,57	23.086.711,38	18.878.375,63	18.909.395,04	19.288.029,50	19.171.387,68	19.205.450,18	35.605.170,28	251.079.232,54

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
INSS	0,00	1.712.676,05	1.417.387,08	1.378.015,22	1.358.329,28	1.358.329,28	1.358.329,28	1.358.329,28	1.358.329,28	1.358.329,28	1.358.329,28	2.444.992,71	16.461.376,05
Inscrição em Restos a Pagar												1.833.744,53	1.833.744,53
31.90.92.13 – exercicios anteriores													
TOTAL : 31.90.13	0,00	1.712.676,05	1.417.387,08	1.378.015,22	1.358.329,28	1.358.329,28	1.358.329,28	1.358.329,28	1.358.329,28	1.358.329,28	1.358.329,28	4.278.737,24	18.295.120,58

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
CONTRIB. RPPS/SERVIDOR EFETIVO	0,00	18.759,51	18.797,03	18.815,83	18.853,46	18.891,16	18.910,06	18.947,88	20.264,75	20.285,02	20.325,59	60.976,76	253.827,04
Inscrição em Restos a Pagar													0,00
31.91.92.13 – exercicios anteriores													
TOTAL : 31.91.13	0,00	18.759,51	18.797,03	18.815,83	18.853,46	18.891,16	18.910,06	18.947,88	20.264,75	20.285,02	20.325,59	60.976,76	253.827,04

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
Substituições	166.531,52	101.760,10	5.778,44	66.231,43	69.893,20	76.894,76	44.494,63	82.799,85	99.792,00	93.555,00	93.555,00	137.214,00	1.060.499,92
Adicional Noturno	21.218,34	32.516,48	18.797,03	26.850,93	26.394,84	27.707,04	28.995,42	39.158,94	29.721,64	41.922,37	42.006,22	28.484,28	365.773,54
Horas extras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gratif. Encargos de Seleção Aperf.	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	110.000,00
	207.749,86	134.276,58	34.575,47	107.082,36	111.288,04	119.601,80	83.490,04	131.958,79	139.513,64	145.477,37	145.561,22	175.698,28	1.536.273,46
TOTAL : 31.90.16	207.749,86	134.276,58	34.575,47	107.082,36	111.288,04	119.601,80	83.490,04	131.958,79	139.513,64	145.477,37	145.561,22	175.698,28	1.536.273,46

PROGRAMA DE TRABALHO : RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
Ressarc. Pessoal Requisitado	0,00	105.000,00	105.000,00	157.500,00	105.000,00	210.000,00	210.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	630.000,00	1.942.500,00
Inscrição em Restos a Pagar													0,00
TOTAL : 31.90.98	0,00	105.000,00	105.000,00	157.500,00	105.000,00	210.000,00	210.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	630.000,00	1.942.500,00
TOTAL A SER CONSIDERADO NA APURAÇÃO QUADRIMESTRAL	21.043.287,35	21.273.366,72	20.551.523,09	20.539.319,13	20.445.722,35	24.793.533,63	20.549.105,02	20.523.630,99	20.911.137,18	20.809.479,35	20.524.666,27	40.750.582,55	273.106.953,62

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

> SETAS - 000011 <

ESTIMATIVAS DAS DESPESAS COM PESSOAL DA CLDF - EXERCÍCIO 2015

POR ELEMENTO / SUBELEMENTO DE DESPESA

MEMÓRIA DE CÁLCULO - 2015

PROGRAMA DE TRABALHO : ADMINSTRAÇÃO DE PESSOAL

SUBELEMENTO DE DESPESA	6% Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
Vencimentos	14.392.156,81	14.420.941,12	14.449.783,00	14.464.232,79	14.493.161,25	14.522.147,57	14.536.669,72	14.565.743,06	14.594.874,55	14.609.469,42	14.638.688,36	14.653.327,05	174.341.194,71
Adicional por tempo de serviço	1.863.784,31	1.874.722,35	1.885.696,68	1.894.814,50	1.905.850,70	1.916.923,48	1.940.645,41	1.951.809,57	1.984.902,94	2.001.497,31	2.012.819,65	2.036.812,46	23.270.279,35
Férias	1.332.621,17	377.182,69	183.565,74	112.589,93	41.028,17	246.688,53	268.047,60	268.708,07	311.030,74	297.755,33	270.652,27	208.597,06	3.808.467,51
Adicional de Insalubridade	165.509,80	165.840,82	166.172,50	166.338,68	166.671,35	167.004,70	167.171,70	167.508,05	167.841,06	168.008,90	168.344,92	168.513,26	2.004.023,74
Gratificação de Titularidade	1.180.156,86	1.182.517,17	1.199.331,99	1.200.531,32	1.202.932,38	1.205.338,25	1.228.348,59	1.238.088,16	1.240.584,34	1.249.109,64	1.251.607,85	1.252.859,46	14.631.356,02
Gratificação natalícia	1.383.484,58	611.647,93	408.914,35	327.534,34	328.225,36	4.728.196,83	20.619,05	4.133,97	62.941,53	41.551,07	62.458,22	12.098.629,36	20.086.336,60
Férias Abono Pecuniário	1.220.721,69	428.153,55	327.131,48	327.534,34	328.225,36	411.147,65	350.523,78	248.038,22	331.766,12	249.306,40	333.110,49	41.719,41	4.597.378,41
Vantagem pessoal nomin. Identif.	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	2.800.622,02
Abono especial	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	407.505,17
Incorporação de décimos	0,00												0,00
Repres./Venc. Sem vinculo efetivo	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	25.040.505,12
Gratificação de atividade legislativa	244.666,67	245.156,00	245.646,31	245.891,96	246.383,74	246.876,51	247.123,39	247.617,63	248.112,87	248.360,98	248.857,70	249.106,58	2.963.800,31
Abono de Permanência	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,54	1.740.211,62
	24.282.188,87	21.805.248,84	21.345.328,05	21.238.554,84	21.211.585,37	25.943.410,41	21.258.236,22	21.190.731,72	21.481.121,14	21.274.146,04	21.485.626,45	33.208.851,61	275.704.810,57
TOTAL : 31.90.11	22.916.449,55	21.232.077,65	20.873.179,94	20.766.002,87	20.738.322,35	25.387.245,22	20.762.694,81	20.797.675,87	20.984.337,38	20.879.822,01	21.007.498,33	33.021.914,57	269.367.220,54

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
INSS	0,00	1.794.569,53	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	2.704.374,55	18.020.816,85
Inscrição em Restos a Pagar 31.90.92.13 - exercicios anteriores												2.028.280,91	2.028.280,91
TOTAL : 31.90.13	0,00	1.794.569,53	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	4.732.655,47	20.049.097,77

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
CONTRIB. RPPS/SERVIDOR EFETIVO	0,00	21.631,41	21.674,67	21.696,35	21.739,74	21.783,22	21.805,00	21.848,61	21.892,31	21.914,20	21.958,03	65.874,10	283.817,66
Inscrição em Restos a Pagar 31.91.92.13 - exercicios anteriores													0,00
TOTAL : 31.91.13	0,00	21.631,41	21.674,67	21.696,35	21.739,74	21.783,22	21.805,00	21.848,61	21.892,31	21.914,20	21.958,03	65.874,10	283.817,66

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
Substituições	197.723,41	107.865,70	6.125,15	72.325,31	73.026,79	81.508,45	47.164,30	87.767,84	105.779,52	99.168,30	99.166,30	145.446,84	1.123.069,92
Adicional Noturno	24.466,67	37.494,45	21.674,67	33.267,74	30.435,64	30.496,51	30.527,01	39.215,90	29.764,86	45.289,36	42.067,32	30.771,99	395.472,10
Horas extras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gratif. Encargos de Seleção Aperf.	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	110.000,00
	222.190,08	145.360,15	37.799,82	115.593,05	118.462,43	127.004,96	87.691,31	136.983,74	145.544,38	154.457,66	151.235,62	186.218,83	1.628.542,03
TOTAL : 31.90.16	222.190,08	145.360,15	37.799,82	115.593,05	118.462,43	127.004,96	87.691,31	136.983,74	145.544,38	154.457,66	151.235,62	186.218,83	1.628.542,03

PROGRAMA DE TRABALHO : RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
Ressarc. Pessoal Requisitado	0,00	124.740,00	124.740,00	187.110,00	124.740,00	249.480,00	249.480,00	124.740,00	124.740,00	124.740,00	124.740,00	748.440,00	2.307.690,00
Inscrição em Restos a Pagar													0,00
TOTAL : 31.90.96	0,00	124.740,00	124.740,00	187.110,00	124.740,00	249.480,00	249.480,00	124.740,00	124.740,00	124.740,00	124.740,00	748.440,00	2.307.690,00
TOTAL A SER CONSIDERADO NA APURAÇÃO QUADRIMESTRAL	23.138.639,63	23.318.378,74	22.559.824,75	22.592.832,57	22.505.694,83	27.287.943,71	22.624.101,43	22.583.678,53	22.778.944,38	22.683.364,17	22.807.862,29	38.755.162,96	293.636.368,00

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

> SETAS - 000012 <

ESTIMATIVAS DAS DESPESAS COM PESSOAL DA CLDF - EXERCÍCIO 2016

POR ELEMENTO / SUBELEMENTO DE DESPESA

MEMÓRIA DE CÁLCULO - 2016

PROGRAMA DE TRABALHO : ADMINSTRAÇÃO DE PESSOAL

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
Vencimentos	14.687.980,38	14.697.316,34	14.726.710,97	14.741.437,68	14.770.920,56	14.800.482,40	14.815.262,86	14.844.893,39	14.874.583,17	14.889.457,76	14.919.236,67	14.934.155,91	177.682.418,08
Adicional por tempo de serviço	1.899.503,46	1.910.651,12	1.921.835,76	1.931.128,34	1.942.376,05	1.953.661,04	1.977.837,59	1.989.215,71	2.022.943,31	2.039.855,71	2.051.395,04	2.075.847,67	23.716.250,83
Férias	1.355.023,56	383.525,50	165.317,30	114.484,26	41.718,88	250.841,54	272.562,06	273.235,19	316.273,18	211.257,99	275.216,65	3.393.853,49	7.054.309,42
Adicional de insalubridade	168.681,77	169.019,14	169.357,16	169.526,53	169.865,59	170.205,32	170.375,52	170.716,27	171.057,71	171.228,76	171.571,22	171.742,79	2.043.347,81
Gratificação de Titularidade	1.202.774,39	1.205.179,94	1.222.317,01	1.223.539,33	1.225.986,41	1.228.436,38	1.251.889,71	1.261.815,94	1.264.339,57	1.273.049,64	1.275.594,74	1.276.870,33	14.511.794,38
Gratificação natalícia	1.406.742,02	621.933,24	415.793,24	333.045,17	333.749,46	4.807.796,26	20.966,31	4.203,62	64.339,51	42.251,60	63.511,54	13.787.529,82	21.921.881,79
Férias Abono Pecuniário	1.241.242,96	435.353,27	332.634,59	333.045,17	333.749,46	418.069,24	356.427,31	252.217,10	337.356,06	253.509,58	338.728,19	3.393.853,49	8.026.188,42
Vantagem pessoal nomin. Identif.	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	233.401,83	2.800.821,96
Abono especial	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	33.958,76	407.505,12
Incorporação de décimos	0,00												0,00
Repres./Venc. Sem vínculo efetivo	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	2.086.708,76	25.040.505,12
Gratificação de atividade legislativa	249.355,67	249.854,38	250.354,09	250.604,44	251.105,65	251.607,86	251.859,47	252.363,19	252.867,91	253.120,78	253.627,02	253.880,65	3.020.601,11
Abono de Permanência	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	145.017,64	1.740.211,68
	24.690.391,20	22.171.919,91	21.704.407,14	21.595.897,93	21.588.558,84	26.380.189,02	21.616.267,82	21.547.747,39	21.622.849,42	21.632.817,81	21.847.968,06	41.786.821,16	288.365.815,71
TOTAL : 31.90.11	23.304.130,60	21.591.549,00	21.226.754,91	21.117.835,12	21.089.791,74	25.817.082,14	21.114.822,88	21.150.512,66	21.340.473,72	21.234.290,59	21.364.222,23	38.247.950,02	278.599.415,81

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
INSS	0,00	1.794.569,53	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	2.704.374,55	18.020.818,85
Inscrição em Restos a Pagar 31.90.92.13 - exercícios anteriores												2.028.280,91	2.028.280,91
TOTAL : 31.90.13	0,00	1.794.569,53	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	1.502.430,31	4.732.655,47	20.049.097,77

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
CONTRIB. RPPS/SERVIDOR EFETIVO	0,00	22.045,97	22.090,07	22.112,16	22.156,38	22.200,69	22.222,89	22.267,34	22.311,87	22.334,19	22.378,86	67.136,57	269.256,99
Inscrição em Restos a Pagar 31.91.92.13 - exercícios anteriores													0,00
TOTAL : 31.91.13	0,00	22.045,97	22.090,07	22.112,16	22.156,38	22.200,69	22.222,89	22.267,34	22.311,87	22.334,19	22.378,86	67.136,57	269.256,99

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
Substituições	197.723,41	107.865,70	6.125,15	72.325,31	73.026,79	81.508,45	47.164,30	87.787,84	105.779,52	99.168,30	99.168,30	145.446,84	1.123.069,92
Adicional Noturno	24.935,57	38.213,02	22.090,07	33.905,31	31.018,93	31.080,97	31.112,05	39.215,90	29.764,86	48.157,32	42.067,32	31.361,73	400.923,05
Horas extras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gratif. Encargos de Seleção Aperf.	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	110.000,00
	222.658,98	146.078,73	38.215,22	116.230,62	119.045,73	127.589,42	88.276,36	136.983,74	145.544,38	155.325,62	151.235,62	186.808,57	1.633.992,97
TOTAL : 31.90.16	222.658,98	146.078,73	38.215,22	116.230,62	119.045,73	127.589,42	88.276,36	136.983,74	145.544,38	155.325,62	151.235,62	186.808,57	1.633.992,97

PROGRAMA DE TRABALHO : RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

SUBELEMENTO DE DESPESA	Estimativa JANEIRO	Estimativa FEVEREIRO	Estimativa MARÇO	Estimativa ABRIL	Estimativa MAIO	Estimativa JUNHO	Estimativa JULHO	Estimativa AGOSTO	Estimativa SETEMBRO	Estimativa OUTUBRO	Estimativa NOVEMBRO	Estimativa DEZEMBRO	Estimativa ANUAL
Ressarc. Pessoal Requisitado	0,00	134.719,20	134.719,20	202.078,80	134.719,20	269.438,40	269.438,40	134.719,20	134.719,20	134.719,20	134.719,20	808.315,20	2.492.305,20
Inscrição em Restos a Pagar													0,00
TOTAL : 31.90.96	0,00	134.719,20	134.719,20	202.078,80	134.719,20	269.438,40	269.438,40	134.719,20	134.719,20	134.719,20	134.719,20	808.315,20	2.492.305,20
TOTAL A SER CONSIDERADO NA APURAÇÃO QUADRIMESTRAL	23.526.789,58	23.658.962,44	22.924.209,70	22.960.687,00	22.868.143,36	27.738.740,96	22.997.190,83	22.945.913,24	23.145.479,49	23.049.099,90	23.174.986,21	44.042.865,82	303.064.068,54

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - EXERCÍCIO 2013

	RECEITA GDF 2013 ESTIMATIVA	FUNDO CONST. 2013 ESTIMATIVA	RCL 2013 ESTIMATIVA	VARIAÇÃO % RCL 2013 / 2012	RCL APURADA AO FINAL DOS QUADRIMESTRES 2013
JAN	1.089.317.808,81	31.324.345,52	1.120.642.154,33	9,03%	14.405.224.785,36
FEV	999.357.399,94	84.444.612,84	1.083.802.012,78	12,23%	14.523.292.077,40
MAR	1.035.941.908,53	52.500.587,14	1.088.442.495,67	2,09%	14.545.603.829,33
ABR	1.379.143.961,96	54.908.312,03	1.434.052.273,99	14,38%	**14.725.862.459,20**
MAI	1.603.559.298,39	66.703.331,64	1.670.262.630,03	24,65%	15.056.110.013,15
JUN	1.264.489.741,13	72.929.264,75	1.337.419.005,88	13,12%	15.211.218.945,85
JUL	1.231.766.565,98	103.789.565,42	1.335.556.131,40	11,99%	15.354.156.133,23
AGO	1.184.162.134,92	91.479.209,00	1.275.641.343,92	8,78%	**15.457.109.056,84**
SET	1.226.286.548,14	88.418.825,41	1.314.705.373,55	5,93%	15.530.731.923,22
OUT	1.211.179.403,39	85.831.448,35	1.297.010.851,74	8,73%	15.634.824.773,86
NOV	1.199.141.958,65	47.261.262,23	1.246.403.220,88	14,59%	15.793.485.130,85
DEZ	1.389.581.990,86	330.436.862,19	1.720.018.853,04	8,21%	**15.923.956.347,21**
TOTAL	**14.813.928.720,70**	**1.110.027.626,51**	**15.923.956.347,21**	**11,26%**	

> SETAS - 000013 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - EXERCÍCIO 2014

	RECEITA GDF 2014 ESTIMATIVA	FUNDO CONST. 2014 ESTIMATIVA	RCL 2014 ESTIMATIVA	VARIAÇÃO % RCL 2014 / 2013	RCL APURADA AO FINAL DOS QUADRIMESTRES 2014
JAN	1.165.570.055,43	32.890.562,80	1.198.460.618,22	6,94%	16.001.774.811,10
FEV	1.059.318.843,94	88.666.843,48	1.147.985.687,42	5,92%	16.065.958.485,74
MAR	1.123.996.970,76	58.800.657,60	1.182.797.628,35	8,67%	16.160.313.618,42
ABR	1.475.684.039,30	60.399.143,23	1.536.083.182,53	7,11%	**16.262.344.526,96**
MAI	1.747.879.635,25	70.038.498,22	1.817.918.133,47	8,84%	16.410.000.030,40
JUN	1.378.293.817,83	80.222.191,23	1.458.516.009,06	9,05%	16.531.097.033,58
JUL	1.336.466.724,09	114.168.521,96	1.450.635.246,05	8,62%	16.646.176.148,23
AGO	1.290.736.727,06	96.053.169,45	1.386.789.896,51	8,71%	**16.757.324.700,82**
SET	1.336.652.337,47	92.839.766,68	1.429.492.104,15	8,73%	16.872.111.431,42
OUT	1.314.129.652,68	90.123.020,76	1.404.252.673,44	8,27%	16.979.353.253,13
NOV	1.313.060.444,73	55.768.289,43	1.368.828.734,15	9,82%	17.101.778.766,40
DEZ	1.528.540.189,94	346.958.705,29	1.875.498.895,24	9,04%	**17.257.258.808,60**
TOTAL	**16.070.329.438,46**	**1.186.929.370,13**	**17.257.258.808,60**	**8,37%**	

> SETAS - 000014 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - EXERCÍCIO 2015

	RECEITA GDF 2015 ESTIMATIVA	FUNDO CONST. 2015 ESTIMATIVA	RCL 2015 ESTIMATIVA	VARIAÇÃO % RCL 2015 / 2014	RCL APURADA AO FINAL DOS QUADRIMESTRES 2015
JAN	1.247.159.959,31	35.521.807,82	1.282.681.767,13	7,03%	17.341.479.957,50
FEV	1.122.877.974,57	93.100.185,66	1.215.978.160,23	5,92%	17.409.472.430,31
MAR	1.219.536.713,27	65.856.736,51	1.285.393.449,78	8,67%	17.512.068.251,74
ABR	1.578.981.922,05	66.439.057,56	1.645.420.979,60	7,12%	**17.621.406.048,81**
MAI	1.905.188.802,42	77.042.348,04	1.982.231.150,46	9,04%	17.785.719.065,80
JUN	1.502.340.261,44	84.233.300,79	1.586.573.562,22	8,78%	17.913.776.618,97
JUL	1.450.066.395,64	119.876.948,06	1.569.943.343,70	8,22%	18.033.084.716,62
AGO	1.406.903.032,49	105.658.486,40	1.512.561.518,89	9,07%	**18.158.856.339,00**
SET	1.456.951.047,85	102.123.743,35	1.559.074.791,19	9,06%	18.288.439.026,04
OUT	1.425.830.673,16	94.629.171,80	1.520.459.844,96	8,28%	18.404.646.197,55
NOV	1.437.801.186,98	62.460.484,16	1.500.261.671,13	9,60%	18.536.079.134,53
DEZ	1.681.394.208,93	364.306.640,56	2.045.700.849,49	9,08%	**18.706.281.088,79**
TOTAL	**17.435.032.178,10**	**1.271.248.910,70**	**18.706.281.088,79**	**8,40%**	

> SETAG - 000015 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

> SETAG - 000016 <

PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - EXERCÍCIO 2016

	RECEITA GDF 2016 ESTIMATIVA	FUNDO CONST. 2016 ESTIMATIVA	RCL 2016 ESTIMATIVA	VARIAÇÃO % RCL 2016 / 2015	RCL APURADA AO FINAL DOS QUADRIMESTRES 2016
JAN	1.334.461.156,46	38.363.552,45	1.372.824.708,90	7,03%	18.796.424.030,57
FEV	1.190.250.653,05	97.755.194,94	1.288.005.847,99	5,92%	18.868.451.718,33
MAR	1.323.197.333,90	70.466.708,06	1.393.664.041,96	8,42%	18.976.722.310,51
ABR	1.689.510.656,59	73.082.963,31	1.762.593.619,90	7,12%	**19.093.894.950,81**
MAI	2.076.655.794,63	84.746.582,85	2.161.402.377,48	9,04%	19.273.066.177,83
JUN	1.637.550.884,97	92.656.630,86	1.730.207.515,83	9,05%	19.416.700.131,44
JUL	1.573.322.039,26	125.870.795,46	1.699.192.834,73	8,23%	19.545.949.622,47
AGO	1.533.524.305,42	110.941.410,72	1.644.465.716,14	8,72%	**19.677.853.819,71**
SET	1.588.076.642,15	112.336.117,68	1.700.412.759,83	9,07%	19.819.191.788,36
OUT	1.547.026.280,38	102.199.505,55	1.649.225.785,92	8,47%	19.947.957.729,32
NOV	1.574.392.299,74	73.703.371,31	1.648.095.671,04	9,85%	20.095.791.729,23
DEZ	1.849.533.629,83	382.521.972,59	2.232.055.602,42	9,11%	**20.282.146.482,15**
TOTAL	**18.917.501.676,37**	**1.364.644.805,78**	**20.282.146.482,15**	**8,42%**	

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 09 2013	18h10min	19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 19ª (DÉCIMA NONA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.589, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Atividades Culturais e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Solicito a dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.589, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Atividades Culturais e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.593, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Atividades Penitenciárias e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa. para declaração de voto.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de parabenizar essa carreira, porque tive a oportunidade, quando fui Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, de caminhar bem perto dessa jovem, mas coerente carreira, essa carreira que foi presa quando estava em greve, que sofreu uma injustiça no passado, mas que não se subjugou, que não abaixou a cabeça, que continuou lutando, e hoje o projeto que foi encaminhado a Câmara é vitória e luta

desse mesmo sindicato que foi preso em um momento em que jamais poderia ter acontecido, em um momento de luta e de batalha sindical.

Eu, como Deputada ainda jovem, quero aqui reconhecer que é uma carreira de meninos muito jovens, mas muito profissionais, que nos orgulha! Sabemos da luta de vocês, da coerência de vocês. Vocês sabem que nós lutamos aqui pelas condições de vocês terem o porte de arma. Hoje o bandido está armado e a polícia está desarmada.

Quero parabenizar, em nome do Leandro, todos os Agentes de Atividade Penitenciária, porque essa é uma das reivindicações. Sabemos que faltam funcionários, faltam condições de trabalho, e ainda há muito o que fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa para declaração de voto.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, foi uma satisfação termos participado dessa votação.

Depois que a Deputada Celina Leão falou, acho que não há nada a acrescentar. Então, parabéns a cada um de vocês e pelas lideranças que vocês têm, que não têm nem medo de prisão. Estão firmes e fortes para defender a categoria. Parabéns!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Projeto de Lei nº 1.593 de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Atividades Penitenciárias e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel para declaração de voto.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também parabenizar essa carreira de atividade penitenciária, pela qual temos o maior respeito. Apesar de não ser um novo Deputado, eu sou um velho delegado aposentado que respeita muito essa categoria. Nós a prestigiamos bastante porque é uma categoria lutadora – não tivemos o prazer de deixá-los com porte de arma, mas é uma luta incansável. Nós aqui no Distrito Federal temos que apoiá-los na luta que eles estão na área federal para que possam ter o porte de arma.

Então, parabéns. É uma luta. São jovens profissionais que estão aí conseguindo a situação deles. Meus parabéns a todos eles.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer para declaração de voto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do PMDB – meu Deputado Wellington Luiz, Deputado Robério Negreiros e nosso Presidente do PMDB, Tadeu Filippelli – eu gostaria de homenagear e valorizar a unidade da categoria de vocês. Parabéns à vitória pela unidade e pela luta.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.597, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Cirurgião-Dentista do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 18 Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle para declaração de voto.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só reconhecendo o valor dessa carreira e dizendo que nada mais justo quando o governo reconhece isso e faz esse trabalho.

Quero deixar a Deputada Arlete Sampaio também contribuir com sua declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio para declaração de voto.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os nossos companheiros cirurgiões-dentistas. Eu gostaria de dizer a vocês que eu sou do tempo, quando o dirigente sindical da categoria médica, em que a gente tinha isonomia com o nível superior. Aos poucos vocês estão reconquistando esse direito. Então, o projeto que nós aprovamos hoje é um passo nessa direção e nós vamos continuar lutando para que essa isonomia seja plena.

Meu abraço para vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes para declaração de voto.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só parabenizar a categoria. Nos últimos dias tive a oportunidade de me aproximar bastante deles. Foi um privilégio e um presente poder relatar o projeto de vocês na Comissão de Constituição e Justiça. Deus os abençoe. Parabéns pela organização e pela vitória.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conheço profundamente a categoria dos odontólogos. Quando o presidente do sindicato era o Secretário Berger, o sindicato funcionava no Edifício Arnaldo Villares, sala 307. Deputado Chico Leite, esta foi uma das categorias mais prejudicadas ao longo dos governos, porque era uma categoria de um sindicato organizado que não se curvava às políticas ditatoriais que lhe eram impostas. Foram extremamente prejudicados, inclusive com o fim da isonomia que existia anteriormente.

Portanto, eles estão de parabéns no sentido de, neste momento, ter uma lei que aponta para, no futuro, ter a isonomia tão merecida.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão para declaração de voto.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também tive a oportunidade de estar com o sindicato dos odontólogos, e nesta sessão temos de deixar um registro como Câmara Legislativa. É urgente a necessidade de ampliar o número de odontólogos hoje na rede pública. Se hoje eles cumprirem quarenta horas, sessenta horas, ainda não darão conta da demanda do Estado, que é enorme. A saúde bucal da população do Distrito Federal necessita disso. Quero pedir uma moção, encabeçada por V.Exa., solicitando a abertura imediata de concurso público para odontólogos no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.597, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Cirurgião-Dentista do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.598, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a Carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer para declaração de voto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, o Governo do Distrito Federal e esta Casa estão fazendo justiça. Todos esses servidores fizeram concurso para fiscal da mesma carreira a qual pertenço, porém, antigamente, você fazia concurso, chamavam os primeiros colocados e os outros aprovados eram colocados em outros órgãos. Eles passaram no mesmo concurso no qual nós passamos, da nossa carreira, e disseram-lhes que ou eles aceitariam ir para outros órgãos ou não seriam nomeados. Eles aceitaram e levaram-se vários anos, dezenove anos, para que pudessem ser reconhecidos como fiscais de limpeza urbana, e hoje trabalham na Agefis, do lado de profissionais – eu tenho o maior orgulho de pertencer à carreira deles –, que ganhavam três ou quatro vezes o valor deles.

Hoje vocês não conseguem igualar esse valor, mas é um grande avanço, e eu quero parabenizar a Asfilp, associação que eles criaram, por essa vitória, e agradecer também o trabalho do governo, ao Governador Agnelo, ao Vice-Governador do Distrito Federal Tadeu Filippelli, ao Wilmar Lacerda, e ao Jaci, e a toda a diretoria da Asfilp, e a todo o conjunto de servidores dele, e ao Jorgiano, que ajudou bastante para que a gente pudesse efetivamente avançar e aprovar esse projeto hoje. Vocês estão de parabéns, mas ainda há mais luta! Obrigado e parabéns!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.598, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a Carreira Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.599, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.599, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.600, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de

vencimentos da Carreira Médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio para declaração de voto.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero que a Mesa registre a minha abstenção nesse projeto. Tendo em vista que eu sou beneficiada diretamente por ele, considero que não seria ético votar em causar própria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acolho a solicitação de V.Exa. e registro a abstenção de voto da Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.600, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Em nome da Mesa Diretora, agradecemos à direção do Sindicato dos Médicos, na pessoa do Dr. Gutemberg.

Colegas, estamos aqui acelerando para poder, após essa votação, suspendermos a sessão e votarmos alguns projetos que faltam, entre eles o do PPGG. Então, tenham um pouquinho de calma, que chegaremos lá.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.602, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reajusta o valor da parcela pecuniária instituída pelo art. 1º da Lei nº 2.770, de 18 de setembro de 2001".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.602, de 2013, do Poder Executivo, que "reajusta o valor da parcela pecuniária instituída pelo art. 1º da Lei nº 2.770, de 18 de setembro de 2001".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão para declaração de voto.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer a declaração de voto e parabenizar essa categoria, pela organização, porque eles se mobilizaram quase todos os dias aqui, conversaram com os presidentes das comissões. Então, eu quero parabenizar vocês que estiveram presentes conosco hoje cedo, na semana passada, e não

desistiram. Eu acho que é uma categoria organizada e que merece realmente o reajuste.

Muito obrigada.

Parabéns! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes para declaração de voto.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero endossar aqui as palavras da Deputada Celina Leão e dizer que realmente foi um orgulho poder valorizar essa categoria e não só fazer o registro na CCJ, mas dar o parecer final. Foi uma honra e um presente que vocês me deram. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado.

Eu me associo aos colegas Parlamentares cumprimentando as direções do SINDSEP-DF – Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF, do SINDPREV-DF – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Distrito Federal, e todos os trabalhadores.

Continuem, guerreiros! Esses são os famosos trabalhadores da saúde comunitária do Distrito Federal.

Item nº 8:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.603, de 2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Planejamento e Gestão Urbana do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.603, de 2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Planejamento e Gestão Urbana do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer para declaração de voto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aqui parabenizar esse sindicato novo pela sua organização. É uma carreira que está atendendo vários segmentos da administração direta, todos ligados ao sistema Crea/CAU/Confea. Quero falar também de todos os Parlamentares que aqui ajudaram nessa construção. Quando vocês estavam desesperados, a Deputada Arlete Sampaio, o Presidente e eu fomos até o governador, solicitamos... O Vice-Governador Filippelli também trabalhou ativamente nisso. E hoje se resgata algo também. São pessoas que trabalham ao lado, às vezes, de pessoas que percebiam um salário muito maior, e hoje também está se fazendo justiça. Não é o ideal que vocês queriam, mas avançou bastante.

Quero parabenizar também o Wilmar e toda a sua equipe pela atenção que teve para nos aturar em todas as negociações de que nós participamos.

Parabéns a vocês! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Rôney Nemer, se me permite completar as suas palavras, eu sou testemunha da luta dessa categoria que, também em anos passados, foi discriminada no trato da carreira de fiscalização. Foram preteridos e hoje, sob a administração do Governador Agnelo, conseguem recuperar parte das perdas que tiveram por longos anos, pela discriminação à qual foram submetidos.

Item nº 9:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.607, de 2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências".

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, havia as emendas de segundo turno para serem reapresentadas. (Pausa.)

Que projeto é esse?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esse é o projeto do Executivo que dispõe sobre a Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Exatamente, Sr. Presidente, exatamente.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, houve uma divergência quanto às emendas aqui. O parecer finalmente dado pelo Deputado Aylton Gomes recupera aquelas emendas que depois foram acordadas.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O parecer, então, recuperou as emendas?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Exatamente.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Perfeito, então.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.607, de 2013 (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.607, de 2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz para declaração de voto.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar o SIND-ATRS – Sindicato dos Atendentes de Reintegração Social do Distrito Federal e todos seus servidores pela luta, pelo empenho. Nós aqui desta Casa somos testemunhas do tanto que eles têm lutado para isso. É uma vitória significativa, porém há muitas outras causas por que precisamos continuar lutando, como a questão do porte de arma por esses servidores, para que possam garantir a própria vida no trabalho. Muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, iremos fazer a apreciação do item nº 10, último item.

Antes disso, eu queria registrar que foi aprovada e sancionada pelo Governador Agnelo uma lei de minha autoria sobre o combate à obesidade infantil. Constatamos que 30% dos obesos do Distrito Federal são crianças. Há o pleito das nutricionistas para que sejam chamadas. Elas vêm travando essa luta e é mais do que justo contratá-las. Ao se contratar essas nutricionistas, vai se fazer uma grande economia, principalmente na área de saúde do Distrito Federal. Portanto, eu queria fazer esse registro.

Por oportuno, também considero importantes as nomeações lá na Secretaria de Agricultura dessa turma que está todo o dia aqui com essa faixa, esperando uma atenção do governo. Queria fazer esse apelo principalmente em relação a essas pessoas. Deputado Joe Valle, V.Exa., que é dessa área, sabe da importância – muitos foram chamados e não tomaram posse – de se complementar o quadro para que a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal seja contemplada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de complementar a fala do Deputado Agaciel Maia dizendo que hoje a Câmara Legislativa, com a aprovação das emendas que foram apresentadas por mim e pelo Deputado Rôney, vem contemplar a possibilidade de o governo, se assim desejar e se tiver orçamento para tal, chamar todos esses concursados – não apenas as nutricionistas e os técnicos da Secretaria de Agricultura, mas também os auditores ambientais, enfim, todas as demais categorias que estão aprovadas em concurso público.

Então, acho que a Câmara deu um passo decisivo. Fica mais fácil ainda atender o apelo do Deputado Agaciel Maia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Item nº 10:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.370, de 2013, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.895, de 26 de julho de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências".

Aprovado em primeiro turno, foi apresentada uma emenda de segundo turno.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre a emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda ao Projeto de Lei nº 1.370 de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a lei nº 4.895, de 26 de julho de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências".

O parecer da CEOF é pela admissibilidade da emenda de segundo turno, porque resgata, exatamente, o que a Deputada Eliana Pedrosa falou, a possibilidade de chamar os 66 auditores fiscais de atividades urbanas de controle ambiental que, no primeiro turno, ficaram de fora.

Portanto, o parecer da CEOF é pela admissibilidade da matéria.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Neste momento de discussão na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, aproveito, Deputado Rôney Nemer, para lembrar aos colegas que esse projeto nós estamos separando do projeto da LDO, que permite a emenda para tratarmos do projeto de lei do Tribunal de Contas do Distrito Federal. A Deputada Celina Leão teve o cuidado de nos chamar

atenção e eu, como Presidente desta Casa, tenho o dever de explicitar que é exatamente esse desmembramento que preserva as condições para que a Câmara aprecie a matéria na oportunidade que teremos na próxima semana.

Quero, também, agradecer pelo cuidado que o Deputado Chico Vigilante e a Deputada Arlete Sampaio tiveram para preservar o momento de deliberação sobre essa questão do projeto de lei do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Em discussão o parecer da CEOF.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na realidade, eu acho extremamente interessante a colocação dessas emendas permitindo esse processo, até porque, como o Deputado Agaciel Maia e a Deputada Eliana Pedrosa falaram agora há pouco, a questão dos concursados da agricultura está em regime de urgência, porque o concurso vence em outubro. Foi conversado... Se chamam as pessoas; de trinta, só sete assumiram. Então, é um processo importante já que essa emenda permite, inclusive, o orçamento para esse trabalho.

Quero, também, aproveitar este processo da discussão para congratular, aliás, elogiar mesmo o Secretário Wilmar Lacerda pela condução que tem feito. Passei o dia de hoje na Secretaria de Administração e vi a forma de conversa com respeito com que S.Exa. tratou todos aqueles que estavam lá, não só as pessoas dos sindicatos, mas, também, os trabalhadores que foram lá representando outros grupos.

Então, eu queria aqui deixar claro que já foi tratado isso. O pessoal estava lá hoje – Deputado Rôney Nemer, Deputado Dr. Michel – trabalhando na direção dos concursados.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Continua em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.370, de 2013, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.370 de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a lei n° 4.895, de 26 de julho de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós sabemos que há os projetos de outras categorias que serão votados a partir deste momento. Eu só gostaria de fazer um pedido. Nós temos duas grandes categorias cujos projetos deverão receber parecer da nossa comissão em plenário, que são o projeto da saúde e o projeto da PPGG.

Então, o nosso pedido, Sr. Presidente, é que esses dois projetos encabeçassem os demais, porque é um volume muito grande de pessoas que estão aqui. A Deputada Liliane Roriz já fez uma solicitação que precisa ser ponderada para que o restante dos processos siga a ordem normal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão, a galeria está disponível aos que querem entrar. Já há espaço, muitos se retiraram,

mas realmente são duas categorias bastante expressivas aqui na Casa, os servidores da saúde e os servidores da carreira do PPGG.

A Mesa tem a seguinte orientação: A Mesa tem aqui a solicitação de suspensão, conforme foi solicitado pelo Deputado Olair Francisco, e acordado com os demais Líderes, no sentido de que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças possa apreciar o Projeto de Lei nº 1.592, que trata da carreira de atividades de transportes urbanos e dá outras providências. Depois, o Item nº 2, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.604, e eu gostaria de saber qual o projeto de lei referente à saúde.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Só um minutinho. Nós estamos aqui nos orientando com a assessoria, e a informação que nós temos é a de que o Projeto de Lei nº 1.631 foi dado entrada hoje, portanto, não é a questão de uma comissão, é a questão das três comissões; portanto, remete-se ao entendimento dos presidentes das comissões, em primeiro lugar, bem como dos Líderes. Então, enquanto isso, peço para que os presidentes das comissões e os Líderes possam formatar um entendimento: se na suspensão que vamos fazer se votará este projeto. O Presidente precisa ter esse entendimento dos Líderes.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Peço a contribuição dos colegas. Esta é uma Casa democrática, é uma Casa que possui 24 Parlamentares, nós temos que ouvir o entendimento. Aqui não é rolo compressor. Nós temos que entender, a presença de vocês é extremamente importante, mas aqui existe uma questão que é um princípio básico, é a liberdade de opinião, e eu tenho que seguir a opinião dos Líderes e é isso que nós vamos procurar fazer. Vamos, portanto, ouvir a orientação de cada um dos Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Partido Social Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu tenho que falar como Líder e como Presidente da CAS, que é uma comissão de mérito pela qual o projeto irá passar. Pela Liderança, passaremos o projeto da saúde, e pela CAS também. Sob essa perspectiva, Sr. Presidente, podemos votar tudo aqui no plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco Parlamentar PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no projeto da saúde, a culpa de não ter sido lido ontem não foi deles. O projeto estava aqui. Teve um pequeno problema que teve de ser corrigido, e aí louve-se o nosso Secretário Parlamentar Willemann, que mesmo estando com a esposa enferma foi ao palácio, colheu a assinatura do

Governador, o projeto foi protocolado hoje, às dez horas da manhã, e foi lido aqui à tarde. Esse projeto é de conhecimento de todos os parlamentares e de todos os servidores.

Portanto, a nossa opinião e o pedido que eu faço é que possamos apreciar, votar e transformá-lo em lei no dia de hoje. Essa é a proposta que nós temos. Vamos votar e aprovar no dia de hoje, bem como o do pessoal da PPGG. Inclusive, Sr. Presidente, tem acordo, e se V.Exa. quiser autorizar, os pareceres poderão ser dados aqui em plenário, porque esse projeto é conhecido. Peço isso a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, nós faremos. Essa é a segunda etapa. Eu quero a opinião dos Líderes sobre a apreciação da matéria no dia de hoje.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio, pela Liderança do Governo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu penso que nós deveríamos prosseguir a votação; solicitar os pareceres em plenário, sobretudo desse Projeto de Lei nº 1.631, que é de conhecimento de todos, e votar em seguida.

Então, se houver acordo nesse sentido, nós estamos dispostos a continuar aqui votando sem interrupção, porque o medo da interrupção é de que não tenha *quorum* na volta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está certo. Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Pela liderança do Bloco PP/PTB e PR, concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da nossa parte há acordo para superarmos aqui e fazermos os pareceres em plenário, para poder transformarmos em lei o projeto dos servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado.

Pela liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, pelo respeito que esta Casa tem pelos servidores públicos, é justo que se faça essa votação hoje e se garanta o direito desses servidores. Nosso bloco é pela votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Pelo Bloco Social Ecológico, concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco Social Ecológico. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar que o bloco do PEN, através dos Deputados que estão aqui do bloco, é a favor da votação. Eu, como Líder do bloco, registro que, pessoalmente, sou contra a quebra do rito, mas como nosso bloco é a favor, nós vamos acompanhar os demais blocos da Casa. Mas eu, pessoalmente, sou contra isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

O Deputado Olair Francisco neste momento é representado pelo Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Parlamentar PTC/PT do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também concordo, principalmente pelo esforço desses servidores. Conforme o Deputado Chico Vigilante disse, não foi culpa deles o atraso em não ser lido. Eu também concordo que as comissões apreciem hoje, vote-se em dois turnos e mande esse projeto para a sanção do Governador ainda hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, pelo PTC e pelo PT do B. Creio que foi feita a consulta a todos os Líderes. Eu aproveito e indago aos presidentes de comissão se há algum óbice para que possamos dar continuidade e dar o parecer em plenário.

Deputado Chico Leite, pela CCJ, há acordo?

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há acordo, há previsão regimental para que a sessão se transforme em comissão, não havendo necessidade de suspensão, porque eles estão em regime de urgência e o relator, que era já o relator do projeto original nº 1.587, é o Deputado Aylton Gomes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Leite. A Deputada Celina Leão, pela CAS, já se pronunciou.

Pergunto ao Presidente da Comissão da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças se há acordo para que o parecer seja em plenário.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade o primeiro projeto na CEOF chegou num dia, e no outro dia a CEOF se reuniu e aprovou. Como o projeto teve que resgatar uma categoria que estava fora, um erro do governo, a CEOF também está aqui à disposição para valorizar a carreira de saúde dos servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

A Presidência, entendendo que há acordo no Colégio de Líderes, bem como nas direções das comissões que opinam matéria dessa natureza, encaminha pela continuidade desta sessão sem interrupção para apreciação dos três projetos em primeiro turno.

Faremos a leitura dos três projetos de lei que entrarão em primeiro turno ainda nesta sessão extraordinária. Há acordo para esse encaminhamento? Entendo que sim.

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.592, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Atividades em Transportes Urbanos e dá outras providências".

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.604, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências".

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.631, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam a Lei nº 740, de 28 de julho 1994; a Lei nº 2.816, de 13 de novembro de 2001; a Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências".

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que a Mesa Diretora e V.Exa. estão de parabéns, pois tiveram toda essa boa vontade. Em nome de todos – nós Deputados, os colegas –, parabenizamos V.Exa. e a Mesa Diretora por este trabalho, pela paciência para que todos entrassem em um acordo; e também nós, por continuarmos aqui dando *quorum* para o final dessa votação. Este é um dia muito especial para todos os servidores que estão aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.592, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Atividades em Transportes Urbanos e dá outras providências".

Estamos aguardando a Assessoria receber o projeto. (Pausa.)

Antes de entrarmos na discussão do item lido, pois estamos aguardando o processo referente ao projeto, sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para falar da satisfação. Eu vi a Deputada Arlete Sampaio ser contemplada. Nós sabemos que a categoria de V.Exa. ganhou um aumento, mas V.Exa., no mandato de Parlamentar, também não leva. Eu vi também a do Deputado Rôney Nemer. Para mim, é motivo de satisfação, porque sou analista legislativo. Não sou da Câmara Legislativa, mas sou do Senado. E é uma grande satisfação ler um aumento salarial para a categoria dos funcionários da Câmara Legislativa, que são os analistas, os técnicos, os auxiliares e os assistentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 1.592, de 2013. (Pausa.)

Eu faço uma solicitação aos colegas da galeria. Por gentileza, este é o parlamento da população do Distrito Federal. Espero que os colegas entendam a necessidade de preservar as relações para que não soframos ataques quanto à credibilidade da instituição. Peço a compreensão dos colegas. (Pausa.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.592, de 2013, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Atividades em Transportes Urbanos e dá outras providências".

A Emenda Aditiva nº 1, da Deputada Celina Leão e do Deputado Aylton Gomes, garante ao servidor que está em estágio probatório que possa ter uma promoção, porque, quando está em estágio probatório, hoje não tem. Nós pedimos isso para todas as carreiras, e ficou acordado com o Governo que ele vai mandar um projeto específico para liberar isso para todos em todos os lugares do GDF. Então, não é para uma ou outra carreira, Deputada Celina Leão. Por isso, vamos rejeitar aqui a emenda, mas está garantido o acordo, Deputado Aylton Gomes, Deputada

Celina Leão, com o Governo e com todos os 24 Deputados. Vamos rejeitar essa emenda aqui, mas o Governo tem o compromisso de mandar um projeto de lei liberando os novos funcionários que estão em estágio probatório a receberem também aquela progressão a cada doze meses. Está aí o sindicato para entender e depois nos ajudar na cobrança.

Portanto, essa emenda aditiva será rejeitada.

Eu queria aqui, antes de votar favoravelmente ao projeto pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, parabenizar toda a categoria na pessoa da Presidente, Marli, pelo trabalho, pela seriedade, pelas vitórias que conquistou do Tribunal de Contas e dos órgãos e dizer que mudanças, muitas vezes, estranham as pessoas, mas parabéns por não dar cara partidária ao sindicato. O sindicato tem que ter a cara dos servidores públicos. Parabéns!

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é favorável ao projeto de lei. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Convido o Deputado Prof. Israel Batista a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar o registro de que, no compromisso do Executivo de encaminhar esse projeto ao Governo, venha também a questão sobre o interstício, porque há hoje uma diferença entre carreiras. Em algumas carreiras, é de dezoito meses; em algumas outras, são doze meses. Que, em todas as carreiras, seja de doze meses, para termos uma isonomia dentro do Governo do Distrito Federal.

Era esse meu pedido, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda ao Projeto de Lei nº 1.592, de 2013, está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria justificar. Eu fiquei tão empolgado com a história, porque eu estive conversando com a Marli e ela me contou. Aprovamos agora o parecer ao projeto relativo à carreira do DFTrans, da qual boa parte são novos funcionários e uma pequena parte são funcionários antigos, que efetivamente são muito importantes, principalmente para um estado que vai realizar a Copa do Mundo e vários eventos internacionais, para organizar o nosso trânsito, que está com tantos problemas no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda e sobre o projeto.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.592, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Atividades em Transportes Urbanos e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nós somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.592 e pela rejeição da emenda aprovada na Comissão de Assuntos Sociais.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o PL 1.592 em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Associo-me aqui aos servidores do DFTrans e cumprimento-os pela belíssima vitória depois de uma difícil greve que enfrentaram.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.604, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências".

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Como "sem emenda", se vocês foram lá e a gente acordou com o Vilmar algumas emendas? Vocês foram lá e acordaram com o governo algumas emendas. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, do Projeto de Lei nº 1.604, de 2013.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.604, que "dispõe sobre a Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências".

Nossa famosa PPGG.

Depois de longa discussão, foram apresentadas oito emendas: a Emenda nº 1 está rejeitada; a Emenda nº 2 está rejeitada; a Emenda nº 3, de autoria da Deputada Celina Leão, está prejudicada porque a gente abrigou essa Emenda na Emenda nº 7, que foi um consenso dos 24 Parlamentares com o governo, que permite que o pessoal de Analista de Apoio, as pessoas da PPGG que estão lá na Polícia Civil, se quiserem retornar para a PPGG, terão esse direito. O da Deputada Celina Leão era esse, mas a gente acordou lá na Emenda nº 7. A Emenda nº 4, da Deputada Celina Leão foi rejeitada; a Emenda nº 5, da Deputada Celina Leão, foi rejeitada.

A Emenda nº 6, da Deputada Celina Leão, foi prejudicada, porque também foi incorporada à Emenda nº 7, que é o pessoal da carreira fazendária, que é da

PPGG. Quem quiser optar por estar na PPGG, também poderá, está abrigado na Emenda nº 7.

A Emenda nº 7 foi aprovada, que é a emenda que contempla essas duas categorias da PPGG, que estão tanto na carreira de Polícia Civil como na carreira fazendária, que tem o prazo de até 90 dias para optarem e virem para a PPGG – um acordo que foi feito hoje lá, com vários Deputados, na Câmara, presencialmente, Deputado Aylton Gomes, Deputado Joe Valle, Deputado Dr. Michel, Deputada Arlete Sampaio, mais o conjunto dos 24 Parlamentares, que assinam também conosco esta emenda. Portanto, a Emenda nº 7, acatada.

A emenda nº 8, também acatada, que foi acordada lá, que muda o inciso I do art. 13, até conversei com o Febo por telefone, que garante ao especialista desenvolver atividades relacionadas à gestão governamental de políticas públicas nos diversos órgãos da administração direta, relativamente autônomos, especializados, fundações públicas e autarquias, inclusive de regime especial, ficando o compromisso de o governo, na regulamentação, definir como vai ser esse alcance. O André do Sindser também participou.

Então, o nosso parecer é pela prejudicialidade das Emendas nºs 3 e 6; rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4 e 5; e acatamento e admissibilidade das Emendas nºs 7 e 8.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria primeiramente de discutir esse parecer porque o terrorismo da questão das emendas foi tão grande que os próprios servidores ficaram com medo de a gente colocar emenda e o projeto não ser aprovado. Isso não vai acontecer. O projeto vai ser aprovado na íntegra, as emendas – todas as que colocamos – são no sentido da melhoria e da garantia de benefícios. Muitas das nossas emendas foram rejeitadas, mas daqui se tirou acordo para uma próxima negociação, para melhoria da categoria de vocês.

E aqui, Presidente Wasny de Roure, Deputado Rôney Nemer, nós temos que reconhecer que a PPGG é uma das maiores carreiras, a maior né, Ibraim? Ela tem mais de 17 mil servidores. Ter seis emendas para contemplar 17 mil servidores é porque realmente foi muito bem construído pelo sindicato, pelo Sindireta, por todas as associações que participaram, por todos os companheiros que participaram. Mas a nossa emenda, inclusive a da questão da gestão fazendária e da polícia civil, foi contemplada pelo governo.

Nós jamais faríamos emenda aqui para prejudicar servidor público. As nossas emendas sempre serão no sentido de garantir a manutenção e de ampliar; talvez

aqui sejam rejeitadas, mas a gente abre uma possibilidade de uma discussão no futuro, para que o sindicato continue lutando. Nós estávamos falando de uma emenda aqui, do LACEN – Laboratório Central de Saúde Pública do DF, o Deputado Rôney Nemer a rejeitou, mas já abriu lá que o Wilmar vai mandar para resolver um novo projeto. Então, isso é uma vitória da Câmara Legislativa, do Deputado Dr. Michel, que propôs a emenda, e de todos os Parlamentares.

Então, é importante a gente fazer esse esclarecimento porque às vezes as pessoas falam: "Sem emenda porque senão vai prejudicar.". A emenda de Parlamentar, vocês podem ter certeza, sempre será no sentido de ampliar e de causar uma isonomia na categoria.

Eu quero, para terminar aqui, rapidamente, parabenizar o sindicato, o Ibraim, no nome de todos os companheiros aí, e falar que a luta continua.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero fazer uma correção na fala da Deputada Celina Leão. O Deputado Rôney Nemer não rejeitou nada porque sozinho eu não tenho esse poder de rejeitar nada. Está bom? É o conjunto dos 24 Parlamentares, 13 no mínimo que aprovam.

Só quero dizer que nós aqui trabalhamos com o servidor dentro da legalidade. Então, nós fomos com o pessoal do Lacen, o Deputado Dr. Michel, e vários Deputados, Deputada Arlete Sampaio, e ficou acordado pelo governo que não era para apresentar essa emenda, que o governo se comprometera, num próximo momento, a discutir isso, encabeçado pela Deputada Arlete Sampaio, Líder do Governo, porque daqui a pouco vão dizer lá fora que o Deputado Rôney Nemer prejudicou o Lacen. É fácil demais, bem ninguém fala muito, mas falar mal, Deputada Celina Leão... Quero só retificar a frase da Deputada Celina Leão: o Deputado Rôney Nemer, sozinho, não tem poder de rejeitar nada. Como relator, cumprimos o que foi acordado. O que não tem aumento de despesa foi possível ser aprovado; para o que tem aumento de despesa, o Secretário Wilmar Lacerda e todo o governo abriram um canal de negociação para que, num próximo momento, possamos voltar a discutir benefícios para os servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.604, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, segundo o Regimento Interno da Câmara Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça trata da constitucionalidade e da juridicidade do tema. Nós não avaliamos o mérito, que já foi muito bem debatido nesta Casa e articulado por diversos Parlamentares.

No nosso ponto de vista, o parecer é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.604, de 2013, na forma do parecer emitido pela CEOF.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero parabenizar a categoria e toda a turma do PPGG. É normal, quando um projeto chega a esta Casa, que todos os Parlamentares queiram se envolver, discutir com a categoria, participar, fazer emendas, é um processo normal do Poder Legislativo. Aqui eu quero elogiar a SEAP – Secretaria de Administração Pública, porque este projeto está em debate naquela secretária há um ano e três meses. Este projeto envolve dois sindicatos, o Sindser e o Sindireta, que negociaram junto com vocês, e hoje vocês estão aqui colhendo os frutos desse trabalho intenso que foi feito no diálogo com o Governo do Distrito Federal.

Quero parabenizar o Governador Agnelo porque criou esse canal de diálogo com todos os servidores públicos, o que tornou possível hoje a votação de tantos projetos de lei, e quero parabenizar vocês pela persistência e pela luta para que isso pudesse acontecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar a categoria, principalmente pela função importante que vocês têm, de planejamento. Acho que uma das deficiências do Governo do Distrito Federal está nessa área de planejamento. Então, a primeira coisa que um governo que pretende ser de sucesso e a favor da população tem que fazer é deixar o improviso e planejar.

Essa é a categoria de gestão e planejamento, e eu até fiquei, depois de cinco, seis horas de sessão, um pouco com o zumbido no ouvido: "PPGG agora, PPGG agora!" Isso já estava aqui repicando. Deputada Arlete Sampaio – V.Exa. que é médica –, eu já estava aqui agora com esse negócio de "PPGG agora" na cabeça. Então, quero parabenizar essa categoria de gestão e planejamento nessa discussão, não pela importância que vocês têm, mas principalmente pela importância que vocês têm para a população. Para que o Governo do Distrito Federal tenha sucesso, precisa ter uma categoria da magnitude de vocês motivada para poder fazer o trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu quero aproveitar, antes de submeter o projeto à votação, para registrar aqui, como Parlamentar, o meu enorme reconhecimento pelos dois sindicatos – Sindireta e Sindser. E quero registrar aqui, Deputados, que o esforço já vinha da categoria quando se reunia para rediscutir o plano de carreira, reconceituá-lo. Foi um dos servidores desta Casa que ajudou a construí-lo, o nosso companheiro Angelino, que é um especialista na área de recursos humanos.

Eu quero cumprimentar toda a equipe da secretaria – vejo aí em cima a Dra. Denise, que integra a Secretaria de Administração. Essa é uma vitória que eu considero histórica, porque sempre o chamado carreirão tem sido prejudicado em detrimento das carreiras que vão saindo aqui, ali, e eles vão sendo preteridos.

Hoje, o Governador Agnelo, com toda a sua equipe, o Secretário Wilmar, o Vice-Governador Filippelli, deram uma demonstração de compromisso com os servidores. Não atende a todo o anseio, mas responde por um momento importante, pelo menos estabelece no conjunto um tratamento de semelhança. Os meus cumprimentos ao André, ao Ibraim, ao Severino, que é o histórico defensor dessa categoria.

Muito obrigado. Parabéns.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar esta Casa, V.Exa., a Mesa Diretora novamente, parabenizar esta carreira hoje, que são os meus amigos.

Ontem, trocando uma ideia com o meu pai, falei sobre esse projeto, e ele disse: "Servidor tem que ganhar bem mesmo, porque é a nossa indústria. Servidor tem que ter reajuste mesmo!" É isso que faz a cidade movimentar. Então, estão de parabéns. Faço votos a vocês. Meu pai mandou um abraço muito carinhoso para todos esses amigos que estão aqui.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos aqui com muitos servidores e uma porção de sindicatos. Eu vejo sentada ali ao fundo a Marli. Há os dirigentes do Sindireta, os trabalhadores da saúde, médicos já passaram por aqui.

Eu queria fazer um desafio. A gente escuta muito por aí, Deputada Arlete Sampaio, pessoas falando mal do Governador Agnelo. Eu queria que os dirigentes sindicais fizessem – eles são honestos, Deputado Patrício, e vão fazer isso – uma comparação com a forma como o PSDB trata os servidores de São Paulo. Verifiquem! Verifique qual é o salário de um delegado de polícia lá em São Paulo, Deputado Wellington Luiz. Verifiquem qual é o salário de um policial militar. Verifiquem qual é o salário de um agente de polícia. Verifiquem qual é o salário de um médico. De professor – está dizendo aqui o nosso Deputado Prof. Israel Batista –, verifiquem. Verifiquem em Minas Gerais, do Sr. Aécio Neves, que se aponta como candidato do PSDB, como é que eles tratam os servidores lá! Verifiquem se eles conversam com os sindicatos em Minas! Se não são recepcionados pelos cães da polícia! Em Minas Gerais, gente, Deputado Joe Valle, estão descontando até o crescimento da folha vegetativa. É! Estão descontando. Estão descontando!

Portanto, hoje a gente tem o que comparar. Comparem o Distrito Federal com Minas Gerais, comparem com São Paulo. Comparem mesmo com Pernambuco e veja como os professores são tratados lá. Eu acho que isso é importante, porque agora temos um quadro efetivo para verificarmos quem é que diz que trata bem servidores públicos e quem é que trata bem servidores públicos. Agora dá para olhar, não é, tranquilamente!

É importante que os dirigentes sindicais deem uma esticada até São Paulo, deem uma esticada até Minas, vão a outros cantos para verificar. Quando chegarem lá, se não for como eu estou dizendo, podem voltar aqui e dizer: "O Chico jogou

fora, não é aquilo não". Mas também, quando voltarem, digam o que essa raça está fazendo com os servidores lá!

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero cumprimentar todo o pessoal do Sindireta, do Sindser, os servidores, porque a gente sabe quão árdua foi essa luta, e os senhores estão de parabéns.

Quero cumprimentar também os relatores, os presidentes de comissões que estão todos aqui à disposição para votar. E quero dizer uma coisa importante. Emenda parlamentar é uma atribuição do Parlamentar, de que nós jamais vamos abrir mão. Por não abrirmos mão, muito, muito, muito do que está acontecendo agora e do que vai acontecer um pouco mais à frente, em beneficio de vocês, é fruto dessas negociações sobre emendas – ou que são aprovadas imediatamente, ou que são rejeitadas, mas abrem uma porta de negociação. É muito importante que vocês percebam a importância da Câmara Legislativa, a importância dessa representação parlamentar que aqui dentro está.

Mas eu quero falar, Deputado Chico Vigilante, que é muito importante a sua fala. Quero parabenizar V.Exa., porque é o momento de nós podermos reverenciar uma grande figura do Distrito Federal, que às vezes é esquecida: o Senador Lindberg Cury, que, ao final do Governo Fernando Henrique Cardoso, preparou um relatório e trabalhou nele para que o Fundo Constitucional fosse aprovado e pudesse ser aplicado aqui no Distrito Federal.

Quero dizer a vocês que, se hoje nós podemos trabalhar com a perspectiva desses aumentos, dessas reestruturações de carreira, muito disso é porque temos um Fundo Constitucional que absorve grande parte das folhas que são pesadas – da saúde, da educação e da segurança pública – que não tem o Estado de São Paulo, que não tem o Estado de Minas Gerais, que não tem o Estado de Pernambuco. Não sou do PSB nem do PSDB, nem vou ser desses partidos, mas a gente tem de dar uma informação exata. Essa informação que aparece com um colorido que não traz a verdade inteira é prejudicial.

Parabéns ao governador, que faz isso. Parabéns também àqueles que prepararam o terreno para que isso fosse possível, entre eles o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que sancionou o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Quer queiramos, quer não. Mas foi ele que sancionou. As dificuldades que o Senador Cristovam Buarque enfrentou, as dificuldades que a Deputada Arlete Sampaio

enfrentou, às vezes de não poder garantir um aumento para os servidores, ocorreram porque à época nós não tínhamos o Fundo Constitucional. Então, a gente tem de entender a verdade como um todo. Portanto, eu quero reconhecer aqui o trabalho do Senador Lindberg Cury e a decisão acertada do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Vocês estão de parabéns! A categoria da saúde, com a Marli à frente, como sofreu! Quantas e quantas vezes estiveram na Câmara Legislativa!

Quero aproveitar: ainda não está na época da votação de vocês, mas quero ressaltar o grande trabalho que foi feito pelo Deputado Patrício. O Deputado Patrício foi decisivo para essa grande virada. Parabéns, Deputado Patrício!

Como quero parabenizar a Deputada Celina Leão, uma guerreira que trabalhou emendas, que discutiu, que não entregou os pontos. E, se muito progresso ela está fazendo, é devido ao seu trabalho, como o trabalho do Deputado Rôney Nemer, do Deputado Cláudio Abrantes. Há o Deputado que às vezes não faz a emenda, mas dá transparência, dá oportunidade verdadeira à discussão democrática, como o Deputado Chico Leite.

Portanto, todos os Deputados desta Casa trabalharam, cada um no seu quadrado, mas com uma importância muito grande, para que vocês obtenham sucesso. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Patrício para discutir.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz questão de vir à tribuna para fazer uma referência a todos os trabalhadores do Distrito Federal que de forma democrática elegem os seus representantes sindicais, seja no sindicato, seja nas associações. Essas entidades diuturnamente atendem a população do Distrito Federal, entra governo, sai governo. Independentemente da coloração partidária, continuam prestando os seus serviços.

Os servidores que fizeram concurso público não devem favor a ninguém. Esses mesmos servidores elegem os Parlamentares que estão aqui na Câmara agora. É bom que a gente deixe claro inclusive que muitos sindicalistas viraram Deputados, muitos sindicalistas viraram Deputados. E o sindicalista, que arduamente trava a sua luta sindical, quando vem para a Câmara, além de fazer o debate político, além de agir como Parlamentar e fazer a legislação, também senta para negociar com dirigentes sindicais e com as categorias.

É bom lembrar que o legislador, sábio como é, muitas vezes sofrendo pressão, ou não, muitas vezes inclusive perdendo noites de sono, hora de almoço, jantar, atende a categoria que fica aqui o dia inteiro no Parlamento, mas só vem ao Parlamento depois de ir para a Praça do Buriti, depois de ir para a frente do

Congresso Nacional, para a frente das suas empresas estatais, dos seus órgãos públicos realizar as assembleias e enfrentar os governos, sejam eles quais forem. Esses servidores trazem ao Parlamento, à Câmara Legislativa, as suas reivindicações. Há muitos servidores aqui que estão no final de carreira e muitos começando a carreira. O Deputado Rôney apresentou as emendas para contratação, inclusive a grande maioria da Deputada Eliana Pedrosa, a fim de que possamos ter concursados, servidores públicos, a máquina pública funcionando à disposição da sociedade.

Estou falando tudo isso porque houve um embate neste plenário, e falo com muita tranquilidade porque dificilmente venho aqui fazer debate, promover enfrentamento. Muito se disse que os Deputados não poderiam apresentar emendas parlamentares aos projetos que foram encaminhados. Vinte e duas categorias de servidores públicos tiveram os projetos protocolados na Câmara Legislativa, vinte e duas categoria de uma só vez, é bom lembrar! Não se debateu uma em um dia ou em outra semana, Presidente Wasny. Foram 22 categorias de uma só vez, e o Presidente da Câmara, Deputado Wasny de Roure, não se furtou à missão de colocar no plenário, de muitas vezes ir ao Governo, ir à Secretaria de Administração, sentar com o Secretário para melhorar as propostas. Há também a participação do Deputado Wasny, do Deputado Agaciel, do Deputado Rôney, do Deputado Prof. Israel, do Deputado Aylton, da Deputada Eliana Pedrosa, de todos, do Deputado Wellington, da Deputada Celina, da Deputada Liliane, do Deputado Cristiano, do Deputado Evandro Garla, da Deputada Luzia de Paula, da nossa Líder, Deputada Arlete Sampaio, do Deputado Chico Vigilante, Líder do bloco PT/PRB; do Deputado Cláudio Abrantes, nosso Cristo; do Deputado Dr. Michel, do Deputado Joe, que teve de sair por problemas particulares, e do Deputado Chico Leite, que teve de sair para ficar com o seu pai, que teve um AVC há pouco tempo. É bom que a gente se lembre de tudo isso.

Às vezes o Parlamentar não está aqui, Deputados, mas está trabalhando para melhorar os projetos e trazer os benefícios para a categoria. Eu estou dando este testemunho com muita tranquilidade porque às vezes um Deputado, quando apresenta a sua emenda, Deputada Celina, e é Oposição, fica chateado porque é Deputado da Base do Governo, mas tem a sua emenda rejeitada ou prejudicada, como disse bem o Deputado Rôney nos pareceres que apresentou aqui. Mas todas as emendas parlamentares são fruto de negociação e de articulação política, principalmente depois de ouvir os servidores e os sindicatos, que representam um conjunto de mais de 150 mil servidores do Governo do Distrito Federal, do Governo do DF.

Estou dizendo isso para lembrar que nós tivemos, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. que é Presidente desta Casa, em menos de uma semana a aprovação desses projetos em primeiro e em segundo turnos. V.Exa. estava no dia da assinatura dos projetos para encaminhamento aqui na Câmara Legislativa no Palácio do Buriti. Mas V.Exa. garantiu que Deputados da Base e da Oposição pudessem

debater e discutir, que as comissões pudessem se reunir, e hoje, numa demonstração da sensibilidade de V.Exa., pôde colocar que os pareceres fossem feitos em plenário pelas comissões para que nós não tivéssemos que votar esses projetos na semana que vem ou numa outra semana.

Estou colocando isso para lembrar que é importante resgatar o serviço público do ente federado do DF, assim como de qualquer ente federado.

A Deputada Eliana Pedrosa colocou, inclusive, aqui, que foi aprovado e efetivado pelo Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso o Fundo Constitucional, que hoje garante melhorias para os servidores da Administração Direta e Indireta, para a Saúde, Educação e Segurança Pública. Só que para a Segurança Pública tem que se pleitear no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e não aqui, na Câmara Legislativa. É muito mais árduo e mais difícil.

Mas foi o Presidente Lula, Deputado Wasny de Roure, que garantiu que o Fundo Constitucional fosse aplicado na sua totalidade com a sua correção, inclusive, que é feita de junho a julho do ano subsequente. Foi o Presidente Lula, Deputado Wasny de Roure, que garantiu aos servidores públicos a recuperação da máquina, que havia sido terceirizada, sucateada. Foi o Presidente Lula que garantiu aos sindicatos que estão aqui hoje – e que representam não só os servidores do DF, mas também do Governo Federal – que pudessem ter a representação e legitimidade desses servidores. Foi o Presidente Lula que garantiu isso.

E estou dizendo isso sabe para quê, Deputado Wasny de Roure? Porque, às vezes, nós, Parlamentares, como os servidores também têm pressa de votar, cometemos algumas injustiças. Falar mal é fácil, como diz o Deputado Rôney Nemer aqui; falar bem é difícil.

Não é fácil sentar com 22 categorias, negociar, depois os Parlamentares pedirem que os projetos sejam reanalisados, e depois vir à Câmara para votar.

E eu não posso deixar de reconhecer aqui o trabalho do Secretário de Administração Wilmar Lacerda, que sentou com todas as categorias de servidores, que discutiu, debateu e encaminhou os projetos, e que depois recebeu de novo os Parlamentares e os sindicatos para negociar.

Eu não posso deixar de reconhecer para todos os servidores que estão aqui o trabalho do Governador Agnelo Queiroz, que autorizou ao Secretário a negociação e assinou o envio das 22 propostas para a Câmara Legislativa; que garantiu a sua Base de Governo que aceitasse emendas da Oposição e de qualquer Parlamentar. E assim foi feito, democraticamente, para que os projetos fossem aprovados hoje.

Por isso, companheiros e companheiras, para que a gente vote, é bom que a gente, de vez em quando, pare e faça uma reflexão para reconhecer o trabalho de cada um, independentemente de onde ele esteja. E, para quando estivermos, em nossa vida pública, diante do cidadão que precisa da saúde, da educação e da

segurança, darmos o melhor de nós para cada um dos cidadãos que estiverem lá, porque um dia somos nós que vamos precisar, do outro lado do balcão, do atendimento do servidor.

Parabéns, e muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Parabéns, Deputado Patrício.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.631, de 2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências".

Solicito à Relatora, Deputada Celina Leão, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de, rapidamente, fazer algumas colocações porque elas são importantes, até para esclarecer alguns questionamentos que foram erroneamente colocados. Tive a oportunidade, eu e a presidente do sindicato Sindsaúde, de conversarmos. Eu sou a relatora na CAS, nós votamos já um projeto que chegou à nossa comissão, mas o governo retirou e trouxe um segundo projeto.

Acho que é importante colocar, Sr. Presidente, que não teria nenhum Deputado – isso foi um consenso de todos os parlamentares – que fosse procurado por 3 mil servidores que não ficasse sensibilizado de pedir um apoio ou de fazer uma interferência junto ao governo, na medida de ampliar o projeto de lei que havia chegado à Casa. E aí, Sr. Presidente, nós votamos vários projetos ontem, mas não havia acordo no Colégio de Líderes. Esse projeto não havia sido votado na CCJ, e foi colocado que nós estaríamos barrando o projeto.

Eu tive a oportunidade de estar com a Marli hoje cedo, a gente conversou e fizemos uma unidade de ações entre os especialistas, porque é importante, sim, serem contemplados pela categoria. Foi feita uma negociação junto com o

Sindsaúde, que os abraçou. E aí, Marli, acho que nós demos uma demonstração de maturidade, de mulheres que sabem discutir política, que sabem discutir a questão da isonomia, passando por cima de qualquer dificuldade que tenha sido criada durante o processo.

É importante, só para fazer o registro, que quando o projeto chegou à Câmara Legislativa, nele faltavam duas emendas. Nós colocamos duas emendas, inicialmente, no projeto. A primeira emenda era para garantir que os técnicos de saúde que hoje ocupam os cargos, que são auxiliares de enfermagem, que fazem as mesmas atribuições dos técnicos de enfermagem, se fosse comprovada a titularidade, eles teriam isonomia, por quê? Teria essa titulação, por quê? Porque hoje as atribuições são as mesmas e o salário é o mesmo. E, para essa carreira, não existe mais concurso para ela. Então, ela está sendo extinta. Assim, não foi no sentido de retirar nenhum direito, mas sim de garantir aqueles técnicos de saúde que estariam ficando de fora do projeto de lei.

Nós acatamos a emenda, colocamos a emenda sem prejudicialidade nenhuma do projeto integral. Inclusive, eu fiz uma reapresentação da emenda agora no plenário. Existe uma discussão aqui se a emenda seria viável ou não, mas acho que a nossa parcela, nós temos que fazer uma carreira, porque não tem concurso público mais para ela. Que ela tenha as mesmas atribuições, que ela tenha as mesmas competências e que tenha o mesmo salário. Não justifica criar um dissenso dentro da carreira. Então, essa seria a nossa primeira emenda.

E a nossa segunda emenda, ela incorporou o técnico de enfermagem que havia ficado de fora do projeto. O governo fez uma correção. Eu não vejo inconstitucionalidade na nossa emenda porque ela não cria gastos, e quero provar que ela não cria gastos porque esse projeto não veio com uma tabela orçamentária, tanto que ela nem passa pela CEOF. É só questão de horas. Só que o governo foi lá e a corrigiu, até mesmo para ter a titularidade do projeto.

Eu não tenho essa dificuldade. Nós vamos abrir mão aqui da nossa emenda, vamos aprovar o projeto do governo, mas é preciso deixar registrado que foi a nossa ação que trouxe a isonomia, que trouxe um projeto e que trouxe mudança! (Palmas.)

Agora, isto foi colocado aqui: a importância de, a partir deste momento – isso teve o empenho da Presidente do Sindsaúde, que é a Marli – lutar agora pelos especialistas. Hoje foi muito importante, porque os especialistas estavam lá presentes conosco, pessoal! Em determinados momentos houve uma preocupação: votam o de vocês, e depois o nosso fica de fora! Mas eu quero aqui parabenizar os especialistas pela grandeza. Eles abriram mão, falaram que acreditam na Marli, na atuação dela de ir junto ao governo, junto ao Deputado Patrício, junto à Deputada Arlete Sampaio, de fazer uma negociação.

O Deputado Rôney Nemer está com uma audiência pública marcada para o dia 18, às dez horas da manhã, em que será discutido isso também. Eles abriram mão, concordaram e saiu uma unidade. Ter dentro da mesma lotação de trabalho uma desunião de categoria é a pior coisa do mundo. Nós tivemos isso dentro do DER, quase que o órgão foi realmente ao declínio, porque tinha rompimento de carreira.

Então, não é esse o nosso objetivo. Nem como parlamentar de Oposição eu seria capaz de fazer isso. Eu fui injustamente acusada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão...

DEPUTADA CELINA LEÃO – Só um minuto, Sr. Presidente. É importante fazer esse esclarecimento, porque foi o meu nome que foi acusado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão, tenho uma questão de ordem. Nós estamos no momento do parecer. Depois abriremos o momento da discussão. Eu gostaria de pedir a V.Exa., como Presidente da comissão e relatora da matéria...

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ok. Então, vou ler o parecer que estava pronto, que é o mesmo que eu proferi na minha comissão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.631, de 2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências":

37.1

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL CELINA LEÃO – PSD

PARECER Nº /2013

DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS SOBRE O PROJETO DE LEI nº 1631/2013, que "Dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências."

AUTOR: Poder Executivo
RELATORA: Deputada Celina Leão

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 1631/2013 que "Dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências."

O Projeto de Lei tem por objetivo a alteração da jornada básica de trabalho dos integrantes da carreira Assistência Pública à Saúde, todavia, sem alteração na tabela de vencimentos com efeitos financeiros programados para 01/09/2014, 01/09/2015 e 01/09/2016.

37.2

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL CELINA LEÃO – PSD

Em sua justificativa o autor relata que a Proposição visa o fortalecimento das carreiras, adequando a jornada de trabalho da referida carreira.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme o art. 65 I, "b", do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, cabe à Comissão analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das proposições que versem sobre "**questões relativas ao trabalho, previdência e assistência social;**".

Esta proposição é fruto de ampla negociação entre representantes da categoria e da Secretaria de Estado de Administração Pública, com o objetivo de trazer melhores condições de trabalho e de qualidade de vida, por meio de uma jornada de trabalho digna e condizente com a natureza e a complexidade do trabalho desempenhado por esta categoria.

É justamente nestes pontos que o tema ganha respaldo desta Comissão de Assuntos Sociais, visto que a aludida matéria é de suma importância para a referida categoria, buscando a valorização profissional e consequentemente proporcionando à população uma melhor prestação de serviços públicos.

Sob a perspectiva do mérito é inegável sua oportunidade e conveniência, tendo em vista a importância de se adequar a jornada de trabalho Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal.

37.3

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL CELINA LEÃO – PSD

Diante do exposto somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 1631/2013, com 1 emendas no âmbito desta comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ____ / _____ /2013.

Deputado
PRESIDENTE

Deputada Celina Leão
RELATORA

374

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais

EMENDA ADITIVA Nº 01 de 2013
(Deputada **Celina Leão**)

Ao PROJETO DE LEI Nº 1631/2013, que "Dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências."

Inclua-se o § 3º, ao art. 1º, do Projeto de Lei 1631/2013:

"§ 3º A partir da data da publicação desta Lei os ocupantes do cargo de Técnico em Saúde, na especialidade de Auxiliar de Enfermagem, que comprovarem a formação de Técnicos em Enfermagem, serão denominados Técnicos em Enfermagem."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda busca adequar o texto do Projeto às solicitações da categoria de Auxiliares em Enfermagem, especialmente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal - SINDATE.

Sala das sessões, de 2013.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 19/3/13
Assinatura Matrícula

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria para emitir parecer sobre o projeto, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, bem como à emenda aprovada na Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.631, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências".

Analisamos o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sob o ponto de vista do Regimento Interno desta Casa e da Lei Orgânica. Portanto, por ensejar um provável aumento de despesa, o parecer em relação à emenda aditiva de autoria da Deputada Celina Leão não pode ser diferente, tem de ser pela negativa do acolhimento da emenda da Deputada.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o projeto está aprovado pela comissão, mas rejeitamos a emenda da Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o destaque da emenda se faz necessário para explicarmos algumas coisas. Quem é auxiliar de enfermagem hoje na rede pública faz o mesmo serviço, tem as mesmas atribuições do técnico de enfermagem, as mesmas. O salário é o mesmo; então, não há incidência remuneratória. O salário é o mesmo, e a atribuição é a mesma, só que não existe mais concurso para auxiliar de enfermagem. O que acontece? Daqui a alguns dias, duzentos, trezentos servidores que estão nessa carreira estarão alijados de um processo, porque vão aumentando os concursos

públicos com o mesmo salário e eles ficando de fora e sendo, às vezes, discriminados dentro da própria rede.

Então, o nosso pedido de destaque para tentar a aprovação da emenda é porque entendemos que ela não é inconstitucional, porque não gera aumento de despesa, o salário é o mesmo. Ela não gera atribuições. O que diferencia uma carreira de outra são as atribuições. Se nós tivéssemos diferença de atribuições, poderíamos falar: "Não, há uma diferença". Mas o que faz hoje o técnico de enfermagem dentro da rede é a mesma coisa que o auxiliar de enfermagem faz no dia a dia. E essa carreira está extinta. É esse o nosso pedido. O nosso entendimento é que não há aumento. Por isso, pedimos a aprovação da emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nem sempre é a nossa vontade que determina a realidade. Quase sempre não é nunca. Às vezes, temos vontade de fazer uma coisa, mas existem obstáculos para que a nossa vontade se concretize. Nesse caso, existe um obstáculo constitucional, porque a proposta enseja uma transposição de carreira, que é inconstitucional. Não há nenhum prejuízo para os servidores de ambas as categorias ao se manterem as condições como atualmente, na medida em que não há mais concurso para auxiliar de enfermagem e sim para técnico em enfermagem. Os direitos dos auxiliares estão garantidos nesse projeto de lei. Por isso, infelizmente quero dizer à Deputada Celina Leão que a emenda de S.Exa. não pode prosperar porque é inconstitucional, tendo em vista que trata de transposição de carreira.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa noite a todos e a todas. Já estamos aqui no avançar da hora, mas não poderíamos deixar de parabenizar a minha amiga Marli, que é Presidente do Sindsaúde, a quem eu reverencio e a todos do Sindsaúde, porque essa é uma luta que temos há muito tempo, desde o início do mandato. Marli, você é uma guerreira junto com todos os seus sindicatos e com esses abnegados da saúde, aos quais eu digo que a saúde pública do Distrito Federal só tem a ganhar com essas 20 horas. Nós fizemos aquela audiência pública lá atrás, Marli, em que nós viemos lutando.

Eu tenho que parabenizar o Governador Agnelo, porque muitos falavam, todos falaram, mas poucos fizeram e o Governador teve coragem de bancar essas 20

horas para todos os servidores da saúde do Distrito Federal. Quando se acerta, nós temos que bater palmas. Nesse aspecto, o Governador Agnelo e o Vice-Governador Tadeu Filippelli tiveram a oportunidade de fazer justiça com todos os servidores da saúde. Hoje nós podemos dizer que teremos uma saúde de referência para o Distrito Federal, porque vamos ter servidores conscientes no seu trabalho. Agora estão sendo justiçados: 20 horas para todos! Isso é justiça, porque não poderíamos aceitar uma carreira de 20 horas e outra de 24, 30, 40, 50 horas. Não interessa. Agora, não! São todos. Vinte horas já, pessoal! Vocês estão de parabéns. Marli, eu ainda vou ao *Programa Raul Gil* para tirar o chapéu para você.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a tese da Deputada Celina Leão é justa, mas nós já tivemos algumas experiências com transposição de cargo e realmente todas as transposições que se fizeram foram inconstitucionais. A única maneira de os auxiliares passarem a técnicos é mediante concurso. A transposição simplesmente pela legislação, alguns estados e até mesmo o Congresso Nacional já fizeram, Deputada Celina Leão, e caiu a transposição. É justo. Eu acho que essa carreira de auxiliar é uma carreira singular, hoje extinta praticamente quando vagar. Seria justo, tendo em vista que não existe repercussão orçamentária nenhuma. Até pela denominação, pois técnico em enfermagem é um nome bem mais bonito de que auxiliar, mas, infelizmente, não pode ser feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para deixar bem claro: transposição é quando as atribuições são diferentes e quando há incidência remuneratória. Nós temos casos, como dos agentes penitenciários, que mudaram a nomenclatura, que é o nome, e não houve transposição de cargo. É para deixar bem claro que não há transposição de cargo, porque as atribuições são as mesmas, e não há incidência remuneratória. Há transposição de cargo quando existe um nível superior; as atribuições não são as mesmas e a remuneração não é a mesma. A votação aqui é livre. Nós entendemos talvez a insegurança jurídica que os Parlamentares têm, mas eu tenho convicção de que transposição não se daria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria me somar aos argumentos da Deputada Celina Leão. Sou membro da Comissão de Constituição e Justiça. Lá nós temos nos pautado no rigor da análise da constitucionalidade, mas, neste caso, eu tenho que admitir que a Deputada Celina Leão tem razão, porque nós não temos efetivamente uma transposição de cargos, é uma alteração de denominação para garantir os direitos da categoria.

Portanto, Sr. Presidente, eu não vi que a Deputada Celina Leão havia pedido destaque da emenda para que cada um, se tivermos posições diferentes, possa se manifestar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que uma questão precisa ficar absolutamente clara: aqui não há Deputados que são a favor de servidores e Deputados que são contra servidores. Temos que partir do princípio de que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que fica aqui do outro lado, tem uma comissão formada de procuradores, chamada de Comissão de Controle de Constitucionalidade. Todas as leis, Deputado Patrício, inclusive e especialmente as de servidores públicos, que são aprovadas nesta Casa, antes mesmo da publicação, eles já estão verificando se isso é constitucional ou não. E se eles acham que é inconstitucional, eles vão ao tribunal, e, à medida que eles vão ao Tribunal, não cai uma emenda, cai a lei como um todo. Quantas leis, nesta Casa, por vício, Deputado Wasny de Roure, já foram derrubadas?

Portanto, para salvaguardar o direito do conjunto dos servidores é que vou votar contra essa emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de registrar que o fato de haver um artigo que possa ser considerado inconstitucional não faz cair a lei como um todo. Não faz. A exemplo, posso citar vários casos que temos na Justiça em que temos apenas alguns artigos sendo questionados. A ADI não está alcançando o projeto como um todo, apenas alguns artigos. Como também ainda há a prerrogativa de o governador vetar, como há a prerrogativa de a Câmara trabalhar a derrubada do veto.

Depois eu quero dizer, Deputado Chico Vigilante, que hoje o senhor está de parabéns, porque tenho visto o senhor vir ao plenário várias e várias vezes ao longo deste ano fazer críticas ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e hoje o senhor está rigorosamente dizendo que eles estão corretos. E estão corretíssimos mesmo. Se nós errarmos, queremos a ajuda deles, mas hoje o senhor está me surpreendendo, porque, ao longo deste ano todo, o senhor veio fazer crítica à atuação do Ministério Público. Então, eu fico feliz que o senhor tenha voltado a achar que o Ministério Público seja positivo.

E os senhores tenham certeza: tudo o que está sendo feito aqui é em prol do servidor. De alguma forma, a repercussão será sempre positiva. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Desculpe-me, Deputada Celina Leão, mas o horário já avança, e eu peço a V.Exa. compreensão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para relembrar. Eu acho tão engraçado o governo estar se manifestando aqui com tanto medo de ser inconstitucional, mas não ter tido medo na hora em que juntou uma carreira como auditoria com os auxiliares e técnicos e criou uma carreira só. Então, não podemos ter duas regras e movimentações diferentes. A regra lá atrás serve e agora aqui não serve?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, há determinadas coisas aqui que têm que ficar claras. Precisa ficar absolutamente claro: o governador atendeu o pleito da categoria em função da mobilização dela. O governador encaminha um projeto de lei que nós vamos aprovar, mas, na verdade, apresentam uma emenda sabendo que ela é inconstitucional para que o governador a vete para dizer que ele é contra esse segmento. Esse é o sentido. Por isso nós vamos votar contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante

Continua em discussão.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Deputado Chico Vigilante fez uma afirmação. Deputado Chico Vigilante, eu sempre tenho respeitado V.Exa. neste plenário. Contudo, V.Exa. fez uma afirmação que vai além do objetivo de cada um de nós. Pare com isso. V.Exa. sabe que está incorreto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Colegas Parlamentares...

MANIFESTAÇÃO DA GALERIA – Vota! Vota! Vota!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu quero pedir a compreensão dos colegas. Nós não podemos, entre nós, fazer um jogo de pingue-pongue, com todo respeito. Eu sei que em todos nós, muitas vezes, as emoções estimulam. Contudo, o processo é democrático. Ele tem que respeitar a argumentação desse ou daquele, e, no voto, faz-se a aferição sobre o entendimento dos demais colegas, porque, senão, nós vamos prejudicar aqueles que estão aqui.

Há o entendimento da matéria e não se pode apreciá-la por conta de um desentendimento que, às vezes, não é nem acerca do próprio projeto. Então, vamos entrar agora em votação.

Continua em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 1.631 bem como sobre a emenda aprovada na Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer, ressalvado o destaque, permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado, ressalvado o destaque, com a presença de 15 Deputados. (Palmas.)

Informo aos colegas Parlamentares que o destaque será apreciado após a apreciação da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça.

Eu quero indagar os membros da comissão, pois eu tive informação de quem seria o Relator seria o Deputado Cláudio Abrantes. Quem foi o indicado para Relator? O Deputado Chico Leite sorteia.

A Presidência designa o Deputado Aylton Gomes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Boa noite ao Sr. Presidente e a todos os heróis que estão aqui. Minha satisfação total a vocês. (Palmas.) Esse bombeiro que lhes fala um dia fez um curso de sobrevivência na selva. Ao adentrar nela, o coronel falou o seguinte: "A selva não é do mais forte, é do sábio, resistente e habilidoso." Aqui, hoje, vocês que ficaram até agora são sábios, resistentes e habilidosos, e é por isso que o projeto de vocês vai ser aprovado hoje aqui. (Palmas.)

Parecer ao Projeto de Lei nº 1.631, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências".

Sr. Presidente, é com muita satisfação – minha esposa é da carreira de saúde e ela falou "vai lá e aprova", ela tem o maior amor e carinho por essa profissão – que aqui eu digo que a Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.631, porque vocês merecem. (Palmas.)

O parecer do projeto de lei é pela admissibilidade. A emenda já foi destacada. Não chegou à Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A emenda, só no destaque, terá condições de ser apreciada.

O parecer é favorável ao projeto de lei, ressalvado o destaque, que vai ser apreciado na votação em primeiro turno. (Palmas.)

Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. (Palmas.)

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.631.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero parabenizar todos os trabalhadores da Assistência à Saúde e dizer o seguinte: se vocês lerem a ata de fundação do Sindsaúde, vocês vão ver que foi eu que fiz. Eu fui fundadora do Sindsaúde por convicção ideológica de que tínhamos que ter um sindicato único da saúde. Entretanto, não foi o que aconteceu depois, infelizmente.

Eu sei que essa luta de vocês tem mais de vinte anos. Vinte e quatro anos precisamente, desde 1989. Hoje nós estamos aqui e vamos aprovar essa isonomia de carga horária com os profissionais de nível superior.

Então, quero felicitar vocês e dizer que isso coloca para vocês uma grande responsabilidade de cada vez mais se dedicarem para que tenhamos um sistema público de saúde, o nosso SUS, cada vez mais qualificado, e o povo seja cada vez mais bem atendido por todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz para declaração de voto.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, venho acompanhando vocês, junto com a Marli, nessa defesa da isonomia. Estou feliz por este momento. Vocês estão de parabéns, porque temos visto o sofrimento de vocês ao longo do tempo, e a saúde merece, e o povo do Distrito Federal merece também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Liliane Roriz.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão para declaração de voto.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós fizemos um acordo hoje cedo, e esse acordo tem que constar nas atas aqui hoje. Nós nos comprometemos, a Câmara Legislativa, vários Parlamentares, a Marli, que é Presidente do Sindsaúde, a continuar a luta dos especialistas. Eu queria garantir isso na minha votação, porque essa luta não é nossa, só da Câmara Legislativa, mas é de todos, para criarmos uma unidade.

Quero parabenizar a Marli. Estive presente com ela outras vezes, nós sempre fomos bem recebidas. Houve um ruído por falta de informação, foi recuperado isso, e nós conseguimos criar uma unidade, unidade para que os trabalhadores sejam realmente os únicos beneficiários.

Então, eu queria deixar o registro do compromisso do governo que foi feito de encaminhar para a Câmara também um projeto com o objetivo de contemplar os especialistas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula para declaração de voto.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não tinha nem planejado declarar o meu voto nem falar. Mas venho acompanhando a luta desses servidores, especialmente de um deles que conheço já faz alguns anos, desde a sua adolescência, e que vem lutando com determinação, com garra, como é o caso do Alcione. Eu quero aqui parabenizá-lo por estar aí nessa guerra, essa guerra pela esperança de dias melhores, e dizer a

ele que me orgulho muito de conhecê-lo há tanto tempo e de vê-lo lutando pela sua categoria, com essa garra e determinação.

Parabéns a todos vocês, e contem sempre com essa servidora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigada Deputada Luzia de Paula.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel para declaração de voto.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria deixar aqui o registro que hoje nós estivemos junto com o Sindireta, com a Deputada Arlete Sampaio, com o Deputado Rôney Nemer, eu, o Deputado Joe Valle, na Secretaria de Administração, e ficou o compromisso do Secretário de Administração de, no dia 18, estar aqui para discutir a situação dos especialistas. E nós estamos convidando todos os Deputados para estarem aqui, será no dia 18, às 9 horas.

Eu acho que essa luta não é minha, não é só do Deputado Rôney Nemer, não é só dos Deputados que estavam lá hoje, eu acho que essa luta é de todos os Deputados que estão presentes, de todos os Deputados da Casa, para que a gente possa realmente fazer justiça com esses especialistas.

O governador, na pessoa do Wilmar Lacerda, se comprometeu a resolver o problema dos especialistas. Então, a gente está aqui hoje, na pessoa da Deputada Arlete Sampaio, na minha pessoa, na pessoa do Deputado Rôney Nemer, não quero esquecer o Deputado Aylton Gomes, que também não pôde ficar, mas deixou o representante lá, e ficou firmado, e palavra é palavra, não precisa assinar. Então, eu quero não só deixar registrado, mas quero dizer que teve o compromisso do Secretário de Administração Pública, Wilmar Lacerda, de, na quarta-feira, dia 18, estar aqui, e estará aberta a negociação, e vai resolver o problema dos especialistas.

Era isso que eu queria deixar registrado, o que hoje ficou dito lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu apenas quero complementar as palavras de V.Exa., Deputado Dr. Michel. Esse assunto já vem sendo tratado há algum tempo, e houve, antes mesmo da proposta do encaminhamento do requerimento de autoria do Deputado Rôney Nemer, um entendimento de que no dia 20 haveria reunião com a associação do nível superior da Secretaria de Saúde, chamada carreira dos especialistas, para ser apresentada a proposta. Tendo em vista o requerimento da audiência, estaremos aqui para esse evento. Entretanto, foi esse o compromisso preliminarmente acertado no âmbito daquela secretaria.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa para declaração de voto.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, além de parabenizar essa categoria brava, lutadora de

muito tempo... Eu não vou nominar porque há muitas pessoas queridas, muitas pessoas batalhadoras, firmes, e eu posso esquecer algum nome, mas todos vocês estão realmente de parabéns por essa grande conquista.

Quero reafirmar também o meu compromisso com a carreira dos especialistas e especialmente eu gostaria de dizer que saúde é uma atividade de cura, de acolhimento, multidisciplinar. Testemunho próprio, você não resolve apenas com médico, você não resolve só com enfermeiro, mas a gente precisa daquele que está no administrativo fazendo todos os procedimentos direitinho, você precisa da nutricionista, como precisa às vezes da fisioterapeuta. Eu posso dizer que tive uma grande recuperação não apenas pelo atendimento médico, mas pelo atendimento de uma fisioterapeuta que me permitiu hoje ter uma desenvoltura nos meus movimentos a partir de uma cirurgia que tive de prótese de joelho.

Então, é muito importante. A saúde é multidisciplinar e, portanto, nós temos que ter esse olhar para todos os profissionais. Eu quero aproveitar para pedir, principalmente, à Deputada Arlete Sampaio, que desde o primeiro momento, como V.Exa., Deputado Wasny de Roure, esteve empenhada na solução dos especialistas, que não esqueçamos também os médicos veterinários, que no projeto dos médicos ficaram de fora. Então, nós precisamos resolver também a questão dos médicos veterinários. São poucos, eu fiz a emenda, mas concordei que ela não poderia prosperar porque entendi que realmente tinha um vício de iniciativa, era inconstitucional, mas devemos aproveitar essa oportunidade dos especialistas para pedir também pelos médicos veterinários.

Muito obrigada a todos os colegas que têm se somado a essa causa. E mostrar como é importante a passagem dos projetos pela Câmara Legislativa, porque categorias que são esquecidas são lembradas, e o governo pode recuperar, então, a iniciativa, como também o aprimoramento dos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Apresentado o destaque da Emenda nº 1 pela Relatora da CAS.

Em discussão a Emenda destacada nº 1.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero reafirmar para todos os colegas que não estamos tratando de uma transposição. Como já foi feito em duas votações anteriores nesta Casa, neste próprio governo, houve uma mudança apenas de nome, porque eles têm exatamente a mesma remuneração e a mesma atribuição, e não estamos falando de diferenças de níveis de escolaridades. Então, peço aos colegas que atentem a essa reivindicação dos auxiliares de enfermagem, porque eles merecem se sentir contemplados quando

da votação de um projeto que atende uma categoria que vem lutando há muitos anos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero reafirmar meu entendimento – que não é só meu, é de muita gente, inclusive da assessoria que entende de constitucionalidade – de que se trata de uma emenda inconstitucional. Por isso votarei contra e chamo todos os colegas a votarem contra para não prejudicar a categoria, para cuja melhoria de condições de salário e trabalho estamos tentando contribuir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Para evitar qualquer dúvida, a votação será pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a emenda destacada; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

48.1

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 11/09/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE DESTAQUE EM PLENÁRIO

Conforme art. 172, 173, 174, 197– I, IV, XII, XV do REGIMENTO INTERNO solicito DESTAQUE da(o):

☒ EMENDA(S) nº 01 (CAS)

☐ PARTE (S) DA PROPOSIÇÃO. ART.(S)

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1631/13

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

☐ PARCIAL DO VETO TOTAL:

AUTOR DO DESTAQUE DEPUTADO CELINA LEÃO

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC		X				
	ARLETE SAMPAIO	PT		X				
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PEN		X				
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN		X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PATRÍCIO	PT		X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN		X				
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB				X		
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	TOTAL		03	10		11		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

SECRETÁRIO DEP. Agaciel Maia

CONCLUSÃO

☐ APROVADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO/VETO PARCIAL
☒ REJEITADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO/VETO PARCIAL
☐ RETIRADO DESTAQUE DA(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO
☐ PREJUDICADO DESTAQUE OU A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

CONSOLIDADO POR		
ASSINATURA	MAT. 1384	ASSP/ Nº / FOLHA Nº

1

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 3 votos favoráveis e 10 votos contrários. Houve 11 ausências.

A emenda destacada está rejeitada.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Por favor, respeitem o Plenário.

A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 1.592, de 2013;

- Projeto de Lei nº 1.604, de 2013;

- Projeto de Lei nº 1.631, de 2013.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h35min.)

1

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

ATA SUCINTA DA 20ª (VIGÉSIMA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 11 DE SETEMBRO DE 2013

L I D O
Em 11/09/13
Assessoria de Plenário

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Wasny de Roure

SECRETARIA: Deputado Agaciel Maia

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 20 horas e 35 minutos

TÉRMINO: 20 horas e 51 minutos

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

– Está aberta a sessão.
– Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 1**: Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 1.592, DE 2013,** do Poder Executivo, que "Reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Atividades em Transporte Urbano e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

(2º) **ITEM 2**: Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 1.604, DE 2013,** do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

(3º) **ITEM 3**: Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 1.631, DE 2013,** do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

3 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

– Informa que, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 2.705, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, a sessão ordinária de amanhã, dia 12/9/2013, será transformada em comissão geral para discutir a aplicação de dinheiro público na contratação de *shows* e eventos.

4 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wasny de Roure):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 | 09 | 2013	20h35min	20 ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 20ª (VIGÉSIMA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.592, de 2013, do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Atividades em Transportes Urbanos e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.592, de 2013, do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Atividades em Transportes Urbanos e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.604, de 2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.604, de 2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.631, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira de Assistência à Saúde do Distrito Federal de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e a Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004 e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Patrício.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de fazer a votação para encerrar esse projeto, eu quero não fazer a discussão, mas um reconhecimento.

Reconhecimento a essa categoria que a vida inteira lutou por essa conquista. O reconhecimento ao sindicato combativo que é o Sindsaúde presidido pela companheira Marli. Viu, Marli? Eu quero fazer esse reconhecimento, porque para esse projeto chegar aqui, companheira, foram 3 assembleias gerais, 44 assembleias regionais em todos os hospitais das Regiões Administrativas.

E é bom lembrar aqui, Marli, que na assembleia em frente ao Palácio do Buriti, o Deputado Dr. Michel, a Deputada Celina Leão, a Deputada Liliane Roriz, a Deputada Eliana Pedrosa, e outros Deputados, todos estavam lá, quando houve a assembleia, os companheiros devem se lembrar, nós colocamos que às 15 horas o Secretário da Administração Wilmar Lacerda e o adjunto, Jacir Braga, que eu não sei se ainda se encontra aqui, iam nos receber.

Eu me lembro, Marli, de que eu fui vaiado, inclusive. Fui vaiado por mais de 2 mil pessoas que não acreditavam que o Governador fosse fazer, não a redução da carga horária, a isonomia do médico ao auxiliar e ao técnico de enfermagem, mas de todos os trabalhadores da rede pública de saúde. É bom lembrar aqui!

Você deve se lembrar aqui, Marli, que na primeira reunião, quando nós começamos a discutir, tinham vários Deputados Federais. E ninguém acreditava que pudesse sair. Ninguém acreditava que pudesse sair.

Foram várias conversas com o Governador Agnelo Queiroz. Seja pessoalmente ou por telefone. E vou mais além, Marli, quando discutimos a proposta desse projeto que veio para a Câmara Legislativa para apresentar para a categoria, nós fomos a uma assembleia geral na LBV. Na LBV, Marli, quase nenhum dirigente ou Parlamentar que participou da negociação queria fazer a defesa, com medo, inclusive, de ser agredido na assembleia. Você se lembra? E nós assumimos o

compromisso com o Governo de fazer a defesa para que não houvesse a greve da saúde no dia 13 de junho de 2013, Marli!

E o impacto desse reajuste, dessa isonomia, é de mais de 800 milhões de reais. Todos duvidavam! E o Governador Agnelo Queiroz, na última reunião com o Wilmar Lacerda, determinou: "Faça e não quero saber o impacto. Eu quero fazer no meu Governo com o compromisso que assumi com a categoria da saúde, com o sindicato de que fiz parte, que é o Sindsaúde, com a isonomia dessa categoria. Eu quero me redimir com essa categoria e com esse sindicato". Foi isso que o Governador Agnelo Queiroz disse naquele dia. E nós saímos daquela assembleia, após aprovarmos que não houvesse greve, mas que continuávamos a negociação dois dias depois. Não foi fácil aquele dia! Não foi fácil! Poucos se lembram, mas foi dia dos namorados. Lembra, Marli? Enquanto muitos compravam os presentes nós estávamos lá com o ombro grosso, quase apanhando. Saímos de lá e fomos defender de hospital em hospital, de centro em centro de saúde, de cidade em cidade, para que a proposta fosse acatada e virasse realidade.

Hoje a Câmara Legislativa, que fez o debate, apresentou as emendas, como disse a Deputada Celina Leão, faz um gol no dia de hoje. Ao fazer essa isonomia, entrega para esses servidores, e principalmente para a sociedade de Brasília, o reconhecimento daquilo que é mais sagrado na vida de uma pessoa, que é a saúde. Que são esses profissionais da saúde pública.

Por isso, Marli, o meu reconhecimento a você. Mas o meu reconhecimento ao Governador Agnelo Queiroz, que teve coragem de fazer a isonomia acima de tudo e acima de todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Patrício.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para discutir.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado pela generosidade, obrigado aos pares pela possibilidade de falar. Não vou ser tão romântico como o Deputado Patrício, que falou até do dia dos namorados. Não comprou o presente para a sua namorada, mas o presente está dado hoje a essa categoria. (Palmas.)

Não vou falar do dia dos namorados, mas vou falar de datas também. Há pouco mais de 20 anos o Brasil sequer era tetracampeão, há pouco mais de 20 anos esta Câmara Legislativa sequer existia, há pouco mais de 20 anos acho que o Deputado Chico Vigilante tinha até cabelo ainda, não é, Deputado? Mas há pouco mais de 20 anos, Sr. Presidente, este sindicato, esta categoria já lutava por isonomia, esta categoria já lutava pelos seus direitos. E hoje, depois de tanto tempo

de luta, depois de várias direções aguerridas, a gente não pode negar o trabalho que tem sido feito. Está aqui o Agamenon, lá em cima no meio do povo, no meio da sua categoria, está lá também.

Esse sindicato, que tem uma mulher a sua frente, como temos uma Presidenta à frente do nosso País, fez um trabalho, travou uma luta. E hoje algo que não acontece em nenhuma parte do País, Deputado Chico Vigilante, como V.Exa. falou há pouco, é o tratamento que é dado aos servidores. Com este tratamento, o Governo do Distrito Federal, o Governador Agnelo Queiroz, está reconhecendo a importância dessa categoria, a importância da saúde. É o maior exemplo do tratamento que é dado aos servidores, do que está sendo feito ao final de 22 votações, de 22 projetos de lei que temos. Isso é extremamente importante.

Quero dizer também que esta Câmara, que esta legislatura dá um exemplo de luta em prol dos servidores, de luta em prol de tudo o que tem de ser feito para reconhecimento das categorias. Mas a verdade tem que ser dita: essa isonomia acontece principalmente por causa de cada um dos senhores e senhoras que estão nessa galeria, por conta do sindicato e por conta dessa mobilização fabulosa.

Então, deixo aqui os meus parabéns. Contem sempre com a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Abraço, Deputado Rôney.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero só fazer um registro aqui e agradecer as minhas companheiras de Oposição. Muitas vezes, até o Caio estava conversando ali comigo, Deputada Liliane, nós somos atacadas indevidamente. Mas quero falar que é a Oposição que está mantendo *quorum* para a aprovação do projeto. É uma Oposição consciente e que reconhece sim esse trabalho feito pelo Governador. A gente reconhece, acha que é positivo.

Realmente estamos aqui para garantir o *quorum.* E isso é bom, Sr. Presidente, isso é que é uma Oposição consciente. O que for bom e meritório será votado por nós. Então, só quero agradecer aqui à Deputada Liliane, que está aqui de pé até agora. Peço que votemos antes que os Deputados saiam e a gente perca o *quorum.*

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está certo. Obrigado, Deputada.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

É importante, Presidente Wasny, dizer que, ao dispensar o interstício, V.Exa. evita que o projeto leve mais dez dias para virar lei. Se não dispensar o interstício, ele ficaria aqui dez dias esperando para votar a redação final e só então virar lei. Portanto, ao dispensar o interstício, V.Exa. agiliza o processo para que o projeto vire lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.631, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a jornada de trabalho da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nºs 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Aproveito para agradecer aos Parlamentares que toleraram esta longa sessão. Hoje tivemos a oportunidade de apreciar vários projetos de lei.

Quero aqui cumprimentar a presidenta do sindicato, a companheira Marli, e quero cumprimentar os trabalhadores da saúde por toda a luta.

Registro também, e agradeço a presença dos procuradores, que ficaram até o encerramento desta sessão acompanhando o debate das matérias que foram aqui tratadas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 09 2013	20h35min	20 ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

Informo que, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.705, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, a sessão ordinária de amanhã, dia 12 de setembro de 2013, quinta-feira, será transformada em comissão geral para discutir a aplicação de dinheiro público na contratação de shows e eventos.

Boa noite a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h51min.)

1

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

ATA SUCINTA DA 75ª
(SEPTUAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR A APLICAÇÃO DE DINHEIRO PÚBLICO NA CONTRATAÇÃO DE *SHOWS* E EVENTOS,

EM 12 DE SETEMBRO DE 2013

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Agaciel Maia e Luzia de Paula

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 48 minutos

TÉRMINO: 19 horas e 11 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Agaciel Maia – PTC
- Deputada Arlete Sampaio – PT
- Deputado Chico Leite – PT
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Dr. Michel – PEN
- Deputada Liliane Roriz – PSD
- Deputada Luzia de Paula – PEN
- Deputado Olair Francisco – PTdoB
- Deputado Prof. Israel Batista – PEN
- Deputado Raad Massouh – PPL
- Deputado Robério Negreiros – PMDB
- Deputado Rôney Nemer – PMDB
- Deputado Washington Mesquita – PSD

Obs.: O Deputado Benedito Domingos encontra-se em licença, de acordo com o AMD nº 75/2013.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

– Está aberta a sessão.
– Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 2.705, de 2013, do Deputado Agaciel Maia, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para discutir a aplicação de dinheiro público na contratação de *shows* e eventos.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

– **DEPUTADO AGACIEL MAIA,** presidente da sessão e autor do requerimento
– **DEPUTADA LUZIA DE PAULA – PEN**
– **MAURO ALMEIDA NOLETO,** Secretário de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal
– **MIGUEL NABUT,** Superintendente Regional do Trabalho

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO AGACIEL MAIA, presidente da sessão e autor do requerimento

– Explica aos participantes os procedimentos básicos para o funcionamento da comissão geral e informa que, ao final desta audiência, será encaminhado aos órgãos do governo um documento com as principais considerações apresentadas.

– Destaca que a realidade cultural em Brasília está em processo de construção de identidade e que valorizar os artistas locais é fator de fortalecimento da democracia.

– Defende a transparência na contratação de *shows* e eventos e lembra que são os gestores públicos que fazem as contratações, e não os deputados.

– Ressalta que a cultura tem verba para investimento, assim como as áreas de saúde, educação, segurança e obras.

– Cita artigos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do DF que justificam a alocação de recursos para as atividades culturais.

– Lembra que os eventos culturais geram empregos diretos e indiretos, e que a cultura já revelou grandes talentos em Brasília.

– Acredita que o processo de seleção de músicos para eventos deve ser justo e transparente, com requisitos que privilegiem a meritocracia e o tempo de serviço prestado à sociedade pelos profissionais.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – PTdoB

– Considera este debate fundamental para o apoio à promoção de eventos no Distrito Federal.

– Observa que boa parte da mídia tenta passar para a sociedade a imagem de que a cultura não é importante para os brasilienses.

– Ressalta a importância da prerrogativa da emenda parlamentar na solução de problemas das comunidades locais, inclusive para pequenos eventos.

– Sustenta que 99% dos recursos destinados à cultura são executados legalmente, e que possíveis erros devem ser respondidos pelo administrador regional ou secretário que aplique o recurso financeiro.

– Acentua que o Distrito Federal possui um dos maiores orçamentos do País, e que a cultura deve ser incentivada.

– Elogia o trabalho cultural realizado no DF e destaca a função educacional dos eventos culturais.

WAGNER DA SILVA DIAS, coordenador-geral da *Associação Bateria Nota Show*

– Ressalta que a associação que coordena na Ceilândia, um projeto social por onde já passaram mais cinco mil crianças, já formou mais de 100 ritmistas.

– Protesta contra a mídia, que só mostra o lado negativo dos projetos sociais, e ressalta que a Associação Bateria Nota Show tira as crianças da rua, profissionalizando-as, e este trabalho não é reconhecido pela mídia.

– Solicita à Secretaria de Cultura que dê aos músicos a oportunidade de prosseguirem com seu trabalho.

WANDERLEI LUIZ DO AMARAL, produtor da *AQ Produções*

– Reclama da suspensão temporária das contratações de músicos pelo Governo do Distrito Federal.

– Enfatiza a importância do trabalho realizado pelos artistas e produtores de eventos e a sua contribuição social.

– Reprova o tratamento dispensado aos artistas locais, e o pagamento diferenciado em relação aos que vêm de fora.

– Incentiva os colegas a investirem na capacitação profissional.

CLÓVIS RIBEIRO, músico e cantor

– Destaca a importância e a urgência da organização do setor cultural.

– Afirma que os recursos destinados à cultura são tão importantes quanto os de qualquer outra pasta, pois contribuem para melhorar a sociedade.

– Questiona o motivo pelo qual a mídia só mostra o que é negativo, e deixa de noticiar eventos culturais produzidos, por exemplo, contra as drogas.

LUCIANO IBIAPINA, artista, do Paranoá

– Afirma que o Governo deveria reconhecer o trabalho cultural de cada classe, como os músicos brasilienses que se dedicam ao samba e hoje são reconhecidos no país inteiro.

– Critica a Secretaria de Transparência por disponibilizar, no seu portal, dados orçamentários que não correspondem a determinado evento ocorrido no Distrito Federal.

– Pede a união e a mobilização da classe cultural, a fim de se organizarem e desmontarem a imagem negativa existente em relação aos artistas.

DEPUTADO AGACIEL MAIA, presidente da sessão e autor do requerimento

– Parabeniza o jornal *Alô Brasília*, do Setor Comercial Sul, pela comemoração dos cinco anos de circulação, e cumprimenta os integrantes da equipe que fazem a cobertura jornalística na Câmara Legislativa do DF, especialmente o jornalista cultural Tiago e o Diretor-Presidente, Sr. Hélio Queiroz.

JÚNIOR, jornalista do jornal *Daqui*, de São Sebastião

– Aborda a medida do toque de recolher em São Sebastião, que prejudica as casas de *shows* e não resolve o problema da violência local.

– Defende os produtores culturais, pois geram renda e empregos.

– Lembra que cultura é arte, e que a arte está na alma do povo brasileiro.

DEPUTADO AGACIEL MAIA, presidente da sessão e autor do requerimento

– Responde que o horário do toque de recolher foi regulamentado por uma portaria da Administração de São Sebastião, por causa de solicitação da Polícia Militar, justificada pelo aumento da criminalidade naquele local.

– Comenta que conversou com o Secretário de Segurança, Sr. Sandro Avelar, e com o Administrador Antônio Jucélio Gomes Moreno, e informa que a Portaria está mantida com os horários do mês de junho.

– Parabeniza o jornal *Alô Brasília*, que completa hoje 50 anos.

MAURO ROBERTO DA MATA, empresário da *CRV Produções*

– Denuncia prisões e invasão de domicílio de artistas e produtores, sem explicação, e informa que eventos deixam de ser realizados por causa das ameaças.

– Acredita que outros órgãos como a Secretaria de Cultura deveriam estar presentes a esta discussão.

– Repudia as publicações erradas, divulgadas por órgãos do governo, sobre pagamento de cachês, e as notícias equivocadas veiculadas pela mídia.

– Lembra que músicos são trabalhadores e que deveriam ser valorizados pelo trabalho que prestam à cultura.

DEPUTADO AGACIEL MAIA, presidente da sessão e autor do requerimento

– Sugere que a Secretaria de Transparência promova seminários para orientar a contratação de artistas, e insiste na importância de se planejar a cultura.

– Discorre sobre o percentual das emendas parlamentares destinadas à cultura em 2012, que era de 75%, e sobre a inversão radical para 15% em 2013.

– Frisa a necessidade de uma política de cultura com regras claras e critérios transparentes, e uma programação de festivais em cada Região Administrativa, para a escolha dos melhores músicos em cada categoria.

LUCIANO LIMA, jornalista e radialista, da *Rádio Federal*

– Critica os comentários do Deputado Federal Reguffe, que se manifestou contrário à destinação de recursos para a cultura.

– Sugere que a Secretaria de Cultura e o Poder Público ofereçam cursos para orientar os produtores culturais sobre recursos orçamentários e prestação de contas.

– Acredita que o artista de Brasília deva ser valorizado e lamenta a ausência do Secretário de Cultura nesta audiência pública.

– Reclama do tratamento dispensado aos produtores de eventos e aos artistas locais, sobretudo na questão dos limites estabelecidos para os cachês.

MIGUEL SANTOS, representante da banda *Tá Fervendo*

– Repudia a burocracia existente na Secretaria de Cultura em relação à documentação exigida dos profissionais, e a constante mudança nos procedimentos e normas estabelecidos.

CARLOS ALBERTO NEVES DA SILVA (Cacá Silva), músico e presidente da *Associação dos Músicos e Artistas do DF e Entorno – ASMAP/DF-E*

– Explica que o Ministério Público está contestando a instrução normativa, vigente desde 2008, que trata dos produtores musicais, e que está investigando todos os músicos que tocaram em eventos regidos por emendas de parlamentares.

– Critica o Decreto nº 393, que tabela os cachês, reitera que talento não tem preço, e defende a meritocracia.

– Acredita que o gestor público que errou é quem deve pagar pelo erro, e não o músico que executou o trabalho sem receber o pagamento devido.

– Critica os entraves burocráticos vigentes na contratação para *shows* e a discriminação no trato com os artistas.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – PEN

– Comenta a desvalorização da cultura do Distrito Federal.

– Enfatiza que Ceilândia, cidade onde habita há 38 anos, oferece artistas ao mundo todo.

– Menciona seu orgulho por ter ajudado artistas da cidade, com a indicação de emendas orçamentárias destinadas à cultura.

– Frisa que acompanhou a execução das emendas que ofereceu e, portanto, não teme possíveis investigações.

– Salienta a necessidade de organização e união da categoria, a fim de que possam demonstrar sua importância ao Distrito Federal e ao País.

RAAD MASSOUH – PPL

– Enfatiza que sempre apoiou a cultura e esclarece que as emendas de parlamentares existem para ser utilizadas em prol da comunidade.

– Preocupa-se com os erros dos gestores públicos, que acabam punindo o músico que executou o trabalho e não foi pago.

– Denuncia que os administradores e os deputados estão receosos com relação a emendas orçamentárias destinadas à cultura, e ressalta que é preciso seguir as normas e os critérios, para que os procedimentos garantam segurança a todos os envolvidos.

SÉRGIO MELO, músico da banda *US Blacks*

– Protesta contra a deliberação que reconhece apenas os dois últimos anos de trabalho dos músicos para fins de inscrição em cadastro.

– Ressalta que representa a música negra há mais de 40 anos, e reclama da desvalorização dos artistas brasilienses.

– Defende a valorização da diversidade musical e pede respeito aos artistas de Brasília.

HELDER CUNHA SILVA, *Artway*

– Discorre sobre seu histórico na profissão, voltado para o *rock*.

– Aborda comentário do Subsecretário de Cultura que classificou o *hip-hop* como subcultura.

– Relata seus esforços para conseguir emendas ao orçamento do DF, na tentativa de financiar o movimento *Hip-hop contra o Crack*.

– Discorre sobre o papel do gestor público e da Secretaria de Cultura.

– Considera como critério de avaliação do evento a presença da comunidade, comprovadora de atendimento ao interesse público.

LUCIANO LEMOS, diretor financeiro do *Centro Cultural Grito de Liberdade*

– Alude à valorização dos cachês e dos projetos.

– Lamenta que as emendas parlamentares não sejam executadas na Secretaria de Cultura e clama por respeito e dignidade.

– Comenta a realização de eventos com êxito em escolas de São Sebastião.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DIONE DOS ANJOS, produtor cultural e diretor da *Associação dos Artistas de São Sebastião*

– Pondera que o momento atual para a cultura é muito difícil e questiona os pagamentos exorbitantes de artistas nacionais para contratação de *shows* em Brasília enquanto o cachê dos artistas locais é rebaixado.

– Afirma que não há transparência no Governo.

– Sugere maior integração e organização do movimento cultural.

MARCELO SENISE, diretor de projetos da OCF

– Discorre sobre as dificuldades na política da cultura do Distrito Federal, especialmente no que tange a emendas parlamentares e a meritocracia.

– Acentua a necessidade de uma discussão equilibrada sobre o tema.

– Usa o *hip-hop* como exemplo de eficácia da cultura na comunicação com os jovens.

– Opõe-se à instituição de limites para os cachês.

– Pede a intervenção do Deputado Agaciel Maia junto às Secretarias de Governo e de Cultura para a realização do Festival das Águas.

– Enfatiza que o sistema de cachês dos músicos deve ser repensado.

RENATO LIMA, produtor cultural

– Denuncia que a CLDF demorou mais de um ano para atender ao pedido de realização desta audiência pública, e pontua que foi preciso um deputado ver ameaçado seu mandato para que se lembrassem da questão cultural.

– Afirma que a Secretaria de Cultura se ausenta propositalmente, realimentando a corrupção.

– Desaprova as dificuldades na execução das emendas de parlamentares.

– Ressalta que o mais importante desta discussão é que seja elaborada uma solução para os problemas.

– Mostra o que a música tem feito pelos menores de rua e viciados em drogas.

GALEB BAUFAKER JÚNIOR, diretor artístico

– Sugere a extinção das Secretarias de Transparência e de Cultura.

– Frisa que as Secretarias devem rever o seu *modus operandi.*

ALBERTO RAMOS, músico

– Reclama da disparidade dos cachês oferecidos aos músicos de Brasília, em relação aos artistas que vêm de fora.

– Sugere uma investigação na Secretaria da Cultura do Distrito Federal.

RICARDO DA ROCHA, músico

– Acredita na boa intenção de todos e pede providências.
– Destaca que a responsabilidade pela causa da cultura é de todos.

PAULO PEREIRA DE ARAÚJO, diretor da *Mundotour*

– Relata incidente em que teve sua residência invadida pela polícia por evento que nem sequer chegou a realizar, em Santa Maria.
– Aborda fato ocorrido com Gilberto Gil e elogia sua defesa em prol da música.
– Aponta a dificuldade de exercer a profissão de músico em Brasília, alega que fazer música não é pecado, e que os artistas não podem mais ser tratados como bandidos.
– Conclama a união e a organização do movimento cultural.
– Reclama do mau funcionamento do sistema de cultura no *site* da Secretaria na internet.

MIGUEL NABUT, Superintendente Regional do Trabalho

– Acredita que todos juntos mudarão a história desta Casa Legislativa, da cidade e dos músicos e artistas de Brasília.
– Considera o dia de hoje especial, como marco na luta para as mudanças.

MAURO DE ALMEIDA NOLETO, Secretário de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal

– Lamenta a ausência de representantes de outros segmentos do Governo.
– Explica o funcionamento da Secretaria de Transparência e Controle e destaca seu papel não policialesco.
– Discorre a respeito do evento cancelado em Santa Maria.
– Desfaz o estigma de que a Secretaria de Transparência seria a *Gestapo* do Governo, e acrescenta que a referida Secretaria não tem função jurídica nem poder de polícia.
– Reafirma seu papel de substituto da Secretária de Estado de Transparência e assegura que cumprirá seu dever quanto aos atos da Administração Pública do DF.
– Lamenta as ações praticadas contra a classe cultural e até contra parlamentares, e adverte que a imprensa deveria atentar para o tom escandalizante das notícias que publica.
– Esclarece que o Relatório Preliminar de Auditoria não é um documento conclusivo, e que os dados do Portal da Transparência, administrado pela Secretaria, vêm das respectivas unidades do Governo.
– Afirma não ter competência para comentar a respeito do decreto mencionado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

– Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro-Secretário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 75ª

(SEPTUAGÉSIMA QUINTA)

SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A APLICAÇÃO DE DINHEIRO PÚBLICO NA CONTRATAÇÃO DE SHOWS E EVENTOS

DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.705, de 2013, de minha autoria, a sessão ordinária de hoje, 12 de setembro de 2013, quinta-feira, fica transformada em comissão geral para discutir a aplicação de dinheiro público na contratação de *shows* e eventos.

(A sessão se transforma em comissão geral.)

Esta Presidência suspenderá a presente reunião, chamando as Sras. e os Srs. Deputados, bem como todos os convidados, para participar desta comissão geral.

(Suspensa às 15h49min, a reunião é reaberta às 15h57min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Ao dar boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para discutir a aplicação de dinheiro público na contratação de shows e eventos.

Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Secretário de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, Mauro Almeida Noleto; o Sr. Superintendente Regional do Trabalho, Miguel Nabut. Comunico que temos, representando a Dra. Eunice

Pereira Amorim Carvalhido, o Dr. Rafael Paulo Maia, por parte do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Gostaria de explicar alguns procedimentos sobre o funcionamento da nossa comissão geral: há dezessete pessoas inscritas para falar. Vou fazer as considerações iniciais, depois os membros da Mesa vão falar, em seguida as dezessete pessoas inscritas vão fazer suas colocações – o tempo regimental é de três minutos – e, depois disso, os membros da Mesa, quando julgarem oportuno, poderão dar respostas às colocações que vocês vão fazer durante essa comissão geral.

Então, o procedimento básico é esse. O objetivo nosso é dar oportunidade a todos os presentes para que possam fazer essa discussão – o objetivo da comissão geral é exatamente esse, buscar uma solução. Depois vamos extrair das notas taquigráficas, das colocações feitas aqui, um documento para que seja encaminhado aos órgãos competentes do governo.

"Senhoras e Senhores, boa tarde!

A realidade cultural em Brasília está em um processo de transição; na busca de se construir uma identidade, nunca se investiu em cultura como neste governo; precisamos ouvir a voz de quem faz cultura no seu dia a dia e precisamos principalmente valorizar a cultura produzida pelos artistas locais. A indicação é a de vivermos uma transição. Parece ser algo ainda abstrato falar em uma cultura e em estudar meios de fomentar na forma da lei e entender como ela é no seu dia a dia, porque julgar, falar e colocar leis onde há um talento é arriscar e até sermos injustos.

A diversidade cultural é uma riqueza da humanidade. Valorizá-la significa potencializar o respeito à dignidade humana. É, ainda, um fator de fortalecimento da democracia e busca capital da pluralidade cultural intercalada por políticas públicas de reconhecimento.

A atenção à diversidade, onde valorizar todas as formas de levar cultura à população como projeto cultural, onde se gera oportunidade e renda para vários indivíduos (músicos, montadores de estrutura, alimentação, segurança, brigadistas, limpeza e vários empregos diretos e indiretos) e educativo, levando saúde, educação e segurança, lazer e cultura com uma linguagem fácil, implica no desafio de formar o caráter e o espírito para as novas gerações em um país onde a cultura já revelou grandes talentos dentro da nossa cidade.

A realização de políticas públicas voltadas ao interesse da coletividade, em geral, atendendo a maioria para atender também a minoria, assim como de grupos em específico, quem não tem espaço até por preconceitos, aonde suas vozes podem chegar e ser ouvidas, até influenciando destinos de crianças e de jovens.

Nós últimos dias, assistimos à crucificação de *shows* e eventos, promovidos por meio de emendas parlamentares. A imprensa está mostrando sua visão sobre estes eventos e induzindo a população a acreditar que os artistas, os músicos e os

parlamentares são criminosos, e esquecem que quem autua os processos de contratações são gestores públicos. Cada administração pública tem um departamento jurídico, entre outros técnicos que analisam os processos. Erros administrativos não significam que há corrupção, por esta razão a necessidade de investigação.

Sou a favor da transparência e da boa aplicação de recursos públicos em qualquer que seja a área; se houver provas de erros ou desvios, ou malfeitos, que sejam apurados os fatos e responsabilizados e punidos os culpados. Mas em nenhum momento posso achar que todos estão errados, nem aqueles que estão sempre em evidência.

A população necessita saber dos fatos e da verdade. Temos que mostrar o lado que está sendo mais prejudicado nessa história. Defender a cultura e mostrar à sociedade que são realizadas atividades de entretenimento musical gratuitas e de qualidade, além de fomentar a cultura de nossa cidade, apoiando principalmente os artistas locais.

Cada evento público gera inúmeros empregos diretos e indiretos, a cadeia produtiva envolve profissionais de segurança particular, bombeiros brigadistas, barraqueiros (comidas e bebidas), eletricistas, montadores de palco, montadores dos fechamentos em placa de metal e alambrados, montadores das tendas, responsável pelo *show* pirotécnico, profissionais do audiovisual (telões e painéis de *led*), carregadores, técnicos de áudio e luz, locutores, DJs, pessoal de limpeza, músicos e artistas, além do arte-finalista, do pessoal da gráfica, do motorista do carro de som. Não são bandidos! São contribuintes e cidadãos, que pagam seus impostos.

Quem realmente ganha com essa ação contra os *shows* e eventos, onde os músicos e/ou artistas da cidade ficam como bandidos? Qual a intenção real de desviar o foco das notícias?

As emendas parlamentares são votadas neste Plenário. Depois de aprovadas, vão para o Executivo; após aprovado pelo Executivo, são publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal. Qual a dúvida? Não há nada feito às escondidas.

A emenda parlamentar foi destinada ao evento x, está publicada no Diário Oficial e será executada utilizando-se as normas vigentes, pois consta na Lei Orçamentária Anual do Governo do Distrito Federal. Qual o crime em destinar verba pública para atividades culturais?

A verba da saúde é da saúde, a verba da educação é da educação, a verba da segurança é da segurança, a verba das obras é das obras, e a verba da cultura é da cultura.

Se houver utilização de verba em finalidade diversa da prevista no Programa de Trabalho da Unidade, o que pode caracterizar incidência nos crimes previstos nos arts. 312 e 315 do Código Penal, por ter dado destinação de verba pública a

finalidade diversa, não prevista em lei, no caso específico, Lei Orçamentária, ou por ter dado às verbas públicas aplicação diversa da estabelecida em Lei.

É público e notório que o programa de trabalho é o principal instrumento de planejamento administrativo, financeiro e social do Poder Público. No orçamento, as obras e serviços a serem realizados são materializados em programas, os quais se transformam em forma de projetos e atividades para os diversos órgãos da administração.

No orçamento, os projetos e as atividades são os títulos das ações que cada órgão vai desenvolver. Dessa maneira, de forma resumida, Programa de Trabalho é um conjunto de projetos que contenha detalhadamente as intenções de uma administração para realizar uma obra ou serviço.

Portanto, o gestor da unidade não pode destinar verba pública a finalidade não prevista em lei, no caso específico, Lei Orçamentária. Ou seja, não se pode utilizar a verba destinada à saúde para a cultura, nem vice-versa.

Tem sido mostrado pela mídia somente o valor destinado aos eventos culturais, esquecendo de outros investimentos milionários, como os investidos em publicidade; é um exemplo claro de sectarismo contra os artistas da cidade. A população necessita saber que, se falta remédio, leitos nos hospitais, asfalto, rede de água e esgoto, professores ou policiais, a culpa não é da verba destinada às atividades culturais. De forma alguma podemos falar que as mazelas da sociedade são por culpa dos investimentos feitos nos eventos, ou isso significa que nós estamos rotulando a cultura da nossa cidade.

Devo enfatizar à sociedade que os recursos destinados às atividades culturais estão descritos na Constituição Federal de 1998: 'Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais'. Isso está no art. 215 da nossa Constituição Federal. Então, é dever do Estado incentivar a cultura.

Cito também a Lei Orgânica do Distrito Federal, que versa sobre o fomento e valorização da cultura. Diz a Lei Orgânica do Distrito Federal em seu art. 3º: 'São objetivos prioritários do Governo do Distrito Federal:

IX - valorizar e desenvolver a cultural local, de modo a contribuir para a cultura brasileira".

Art. 16. É competência do Distrito Federal, em comum com a União:

VI - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;"

Art. 246. O Poder Público garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura, apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais, bem como a proteção do patrimônio artístico, cultural e histórico do Distrito Federal.

§ 1º. Os direitos citados no *caput* constituem:

I- a liberdade de expressão e o respeito a sua pluralidade;

II- o modo de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- a difusão e circulação dos bens culturais.

§ 2º. O Poder Público propiciará a difusão dos bens culturais, respeitada a diversidade étnica, religiosa, ideológica, criativa e expressiva de seus autores e intérpretes.

Art. 248. O Poder Público terá como prioritária a implantação de política articulada com a educação e a comunicação, que garanta o desenvolvimento cultural do Distrito Federal, mediante:

I - estímulo, por meio de incentivos fiscais, a empreendimentos privados que se voltem para a produção cultural e artística, preservação e restauração do patrimônio cultural do DF, na forma da lei;

II - elaboração de programas de estímulo a artes literárias, música, artes plásticas e cênicas, bem como editoração e fotografia;

VII - cessão das instalações das escolas da rede pública do Distrito Federal para manifestações culturais, sem prejuízo das atividades pedagógicas;

IX - regionalização da produção cultural e artística, garantida a preservação das particularidades e identidades da arte e da cultura no Distrito Federal, na forma da lei;

XI - criação e manutenção, nas Regiões Administrativas, de espaços culturais de múltiplo uso, devidamente equipados e acessíveis à população.

Quando um Parlamentar alocar algum recurso para atividades culturais, está cumprindo o que determina a Constituição e a Lei Orgânica. Isso não é crime!

Gostaria de contribuir para que o processo de seleção seja justo com os verdadeiros profissionais da música. Acredito que as oportunidades devam ser dadas a todos, e em determinados casos tem que haver critérios para uma seleção, e infelizmente a meritocracia não deve ser ignorada. Justamente por se tratar de dinheiro público, há a necessidade de requisitos mínimos para a contratação de bandas e/ou artistas.

Para maior transparência do processo seletivo, deve ser divulgada a pontuação de cada inscrito, ponto a ponto e valor total, junto com o resultado dos selecionados. O histórico profissional e xerox de recortes de jornais sobre a cronologia dos fatos da carreira de cada artista selecionado devem ser colocados à disposição dos interessados.

Um dos critérios deve ser o tempo de serviço prestado à sociedade, uma banda com anos de existência e em constante atividade deve ter boa pontuação neste quesito. Desta forma, os aventureiros que montam bandas somente para festas tradicionais como carnaval, São João e Réveillon, e no restante do ano essas bandas ficam paradas, não tomarão o espaço dos verdadeiros profissionais da música.

Não irei fazer propostas agora. Desejo antes escutar os músicos e/ou artistas, que vivem da sua arte. Eles, sim, sabem os problemas e podem apontar soluções, mas estou aqui para ouvi-los, e somente assim, após analisar o que for dito, poderemos buscar soluções para cada problema levantado.

Espero poder ter contribuído, de forma que o erário seja gasto da melhor forma possível, que os verdadeiros profissionais da música sejam respeitados e valorizados e que os gestores públicos deste governo fiquem respaldados por exigir o mínimo possível, dentro das leis vigentes e dentro do bom senso".

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

Seguindo com a nossa comissão geral, passo a palavra ao nobre Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Boa tarde a todos.

Pedi para usar a palavra logo, Deputado Agaciel, porque tenho uma consulta e vou ter de me ausentar. Quero saudar aqui o Presidente desta comissão geral e Vice-Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Agaciel Maia; o Sr. Secretário de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, Dr. Mauro Almeida; o Sr. Superintendente Regional do Trabalho, Dr. Miguel Nabut.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. traz a este Plenário um tema de muita relevância. Boa parte das pessoas que cobrem as notícias do Distrito Federal começou a entender e quer vender para a sociedade que a parte cultural parece não ser importante para o povo de Brasília – e é também fundamental. Este se torna um momento importante, porque traz para este Plenário o Secretário de Transparência, que representa aqui o Executivo.

Eu acho que a gente começa um debate fundamental. Às vezes, a gente vê uma comunidade nos procurar: procura o administrador, que procura o deputado, porque sabe que o deputado, que a Lei Orgânica do Distrito Federal, Deputado Agaciel Maia, dá ao deputado a prerrogativa de fazer certas emendas. São emendas que vão direto resolver os problemas da comunidade local. E, às vezes, uma festa lá na igreja de Samambaia, ou uma festa tradicional lá em São Sebastião, ou o evento do Carnaval que a Secretaria de Cultura faz, o governo não tem atenção com esses pequenos eventos, mas o deputado distrital pode fazer uma emenda parlamentar, porque tem essa prerrogativa, e essa cultura acontece na cidade.

Noventa e nove por cento dos recursos destinados à parte da cultura do Distrito Federal são executados pelo Executivo, e nesse ato o Executivo é representado pelo administrador ou pela Secretaria de Cultura; 99% são totalmente legais. Pode acontecer um pneu furado numa estrada dessas, um erro, má-fé, uma questão, um ponto de interrogação, e querem trazer todo esse sistema, um erro sequer, para a questão cultural do Distrito Federal e também para quem executa. Às vezes chegam a causar mal-estar entre Legislativo e Executivo.

Deputado Agaciel Maia, eu tenho a mania de levantar cedo. Hoje eu levantei muito cedo e ouvi pelo rádio – para V.Exa. ver como as coisas estão em Brasília –, eu ouvi pelo rádio um cidadão que disse o seguinte – estava lá um candidato a deputado, dando entrevista a uma rádio local aqui do Distrito Federal. Ele representa o comércio. Ele disse que o Secretário de Comércio era um homem muito bom, muito trabalhador, muito qualificado, um Secretário da Secretaria de Desenvolvimento. Mas ele não tinha uma boa estrutura, os funcionários que trabalhavam com ele não eram bons porque eram indicações dos deputados distritais. Na mesma hora, eu mandei uma mensagem para lá dizendo que na Secretaria de Desenvolvimento não tem indicação de deputado. Se tiver um lá, pode demitir.

Hoje, também, deu um problema no Hospital do Paranoá. Um médico andou fazendo algumas coisas erradas, um cidadão foi ao Procon, disse que havia coisas erradas e isso era problema dos deputados. E esse mesmo assunto aqui, agora.

As emendas culturais do Distrito Federal são fundamentais. A gente manda uma emenda para combate a droga. Vai para as escolas, faz o combate a droga, ao tráfico, etc. Isso é educação, a Secretaria de Cultura faz. Aí vêm dizer que isso não é importante para Brasília!

Milhares e milhares de pessoas que trabalham levando cultura para as comunidades mais carentes estão querendo transparecer que isso é ilegal. E aí, Sr. Mauro Almeida Noleto, neste ato representando o Poder Executivo, o Executivo, que é quem executa, que é quem administra o Orçamento do Distrito Federal, seja em qualquer área – e aqui nós estamos falando da área da cultura –, não pode deixar esses pontos de interrogação trazerem a insegurança para uma pasta. E a pasta da cultura do Distrito Federal hoje se sente amedrontada. Essas pessoas que trabalham na cultura, que prestam serviço ao Governo, que participam de uma licitação ou de uma carta-convite para fazer um evento numa cidade ou noutra, eu vou dizer para o senhor que podem ter erros, mas a maioria das pessoas é trabalhadora. E, se há algum erro, se acontece algum erro, quem tem que responder... ele pode responder colegiado, junto, mas a maior responsabilidade é de quem está lá representando o Governo. Se for numa administração, é o administrador; se for numa secretaria, é o secretário.

Deputado Agaciel Maia, fiz questão de vir aqui nesta tarde, sabendo que V. Exa. estava fazendo essa audiência pública, porque acho ela fundamental. Ela é

fundamental, e não podemos fugir do debate, não podemos deixar de enfrentar e trabalhar pelas coisas corretas. O Distrito Federal tem o privilégio de, graças a Deus, ter um dos maiores orçamentos do Brasil. A Deputada Luzia de Paula está chegando. Nós temos dinheiro suficiente. Dizer que, em Brasília, se faltam médicos, se faltam remédios, é culpa da cultura, nós não podemos aceitar, porque a cultura também é educação, a cultura também é prevenção. Se há projetos que estão errados, que o Executivo conserte e não aceite, mas nós não podemos deixar trazerem um ponto de interrogação sobre esta comunidade, sobre essas pessoas que trabalham com os mais carentes, que levam educação cultural para as pessoas que precisam. Deputada Luzia de Paula e Deputado Agaciel Maia, nós temos que estar aqui de prontidão para não deixar isso acontecer. Às vezes, o nosso dinheiro pode até ser mal empregado, mas, às vezes, é porque está lá a pessoa que não é correta.

Para terminar, Deputado Agaciel Maia, eu estive em Londres no ano passado ou no ano retrasado. Na minha época, tinha Michael Jackson, aquele pessoal todo, e eu sou fã do Michael Jackson. Cheguei lá, e tinha uma peça do Michael Jackson. Aí eu falei que eu tinha que ir a esta peça. Paguei um preço altíssimo. Cheguei lá, Deputada Luzia de Paula, entrei lá, era tipo um cinema, e eu doido para ver o que ia acontecer. Era um show de dança. Aí eu fiquei frustrado, mas saí de lá feliz, porque eu tinha aprendido uma coisa para trazer para Brasília e para falar para o nosso Secretário de Cultura, que, infelizmente, não está aqui. Mas tudo que falamos aqui em Brasília chega ao ouvido dele. Então, eu vou dizer, vou dar uma aulinha para o Secretário de Cultura: às vezes, há pessoas aqui que mexem com eventos, que trabalham com eventos que precisam do dinheiro público, Deputada Luzia de Paula, para fazer aquela peça ou para fazer aquele trabalho. Não há problema nenhum em o Governo do Distrito Federal entrar como patrocinador daquele evento. Não tem problema nenhum.

Vamos dizer que o cidadão aqui vai trazer uma peça teatral e que isso custe quinhentos mil reais. Aí a Secretaria de Cultura fala: "Não, nós vamos patrocinar a sua peça. Nós vamos entrar aqui com x, você vai levar isso aqui, nós estamos patrocinando com x. Essa peça não será num fim de semana". Porque eu não entendo pegar um recurso alto e gastar num fim de semana. Pode ser em vários eventos em um, dois, três, quatro, cinco meses, uma política pública, uma questão cultural que leva um semestre. "Entramos com a parte do patrocínio. Venda as entradas com preço mais acessíveis. Procure as empresas privadas para serem também os seus parceiros. E faça dali um trabalho". Isso não tem nada de mais, não tem nada de errado. O que temos que ter muita atenção é nessas coisas para fazer num dia, para fazer num outro. Tudo tem que ser a longo prazo. Quem estiver pensando em casar, não está pensando em casar hoje para separar amanhã. Se ele estiver pensando em separar amanhã, nem adianta casar. Ele está pensando em viver eternamente com aquela pessoa até que Deus os separe, na saúde e na doença. É a mesma questão de um evento. Nós temos que fazê-lo a longo prazo.

Temos que fazê-lo empresarialmente. Temos que fazer uma coisa que traga resultado.

A minha palavra aqui hoje é somente uma: estão querendo manchar, Deputado Agaciel Maia, a Secretaria de Cultura. Estão querendo manchar essas pessoas que trabalham com as comunidades mais carentes, dizendo que a maioria delas é irregular. Está aqui o Secretário de Transparência, que dará o seu depoimento daqui a pouco. Eu tenho certeza de que ele vai dizer que não é o que as pessoas pensam que seja.

Deputado Agaciel Maia, Deputada Luzia de Paula, vocês trazem aqui um tema muito importante para a Câmara. Talvez a maioria das pessoas não queira entrar num debate como esse, porque vão dizer que o Deputado Agaciel Maia, o Deputado Olair Francisco e a Deputada Luzia de Paula estavam lá na farra das emendas públicas, na farra da Secretaria de Cultura, isso e aquilo, e extraviam todo o requisito da audiência. Sabemos que Brasília tem as suas características, tem as suas coisas, mas temos que deixar um ponto importante pacificado: não há cidade nenhuma que seja colocada como cidade que não tenha a sua parte cultural.

É importante o trabalho que vocês fazem na nossa cidade, pela nossa Secretaria, pelo Governo do Distrito Federal. Vocês não precisam ter vergonha nenhuma de dizer que trabalham com isso. Podem andar com cabeça erguida, porque o Governo do Distrito Federal tem que ter orgulho de ter parceiros como vocês.

Deputado Agaciel Maia, muito obrigado. Essas são as minhas palavras neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço o pronunciamento do nobre Deputado Olair Francisco, um dos parlamentares que nós admiramos muito por sua história de vida. Já propus a S.Exa. fazer... Pela minha experiência com processo legislativo durante muito tempo, o Deputado Olair Francisco certa vez me propôs: "Deputado Agaciel Maia, eu gostaria que V.Exa. fizesse um curso introdutório sobre processo legislativo. Eu sei que V.Exa. passou tantos anos trabalhando no Senado. Então, V.Exa. conhece bem". Eu fiz uma contraproposta para o Deputado Olair Francisco. Eu disse: "Tudo bem. Eu ensino tudo de processo legislativo para V.Exa. Em compensação, V.Exa. vai me dar uma aula de como ficar rico, fazer um cursinho para mim de como ficar rico". Até hoje S.Exa. não me deu a resposta.

Antes de ouvir a Mesa, vamos passar a ouvir as pessoas que estão no plenário. Pode ser que, pela letra, o nome de algumas não seja lido corretamente. Se não for, corrijam-me. Nós vamos estabelecer o prazo regimental de três minutos para cada um, para que todos possam ser ouvidos, porque, se nós dilatarmos esse prazo, nós ficaremos muito tempo aqui e ficará cansativo para vocês e para todos.

Eu gostaria de convidar, para fazer uso da palavra, o Coordenador-Geral da Associação Bateria Nota Show, Sr. Wagner da Silva Dias.

SR. WAGNER DA SILVA DIAS – Boa tarde a todos. Fui pego de surpresa, pois fui o último a me inscrever e o primeiro a falar, mas tudo bem. Agradeço a oportunidade ao Deputado Agaciel Maia, à Deputada Luzia de Paula, ao Deputado Olair Francisco, aos nossos companheiros de batalha e aos demais presentes.

A briga maior nossa é pelo entendimento melhor do que fazemos, do que produzimos. Não somos contra, Deputado, a regularização dos trabalhos feitos. Queremos a compreensão da sociedade do que estamos fazendo ali, porque a mídia, infelizmente, não mostra o lado positivo, só mostra o negativo. O lado positivo, infelizmente, não dá mídia. O que dá mídia são as mortes na Ceilândia, mas os trabalhos sociais, culturais que fazemos, não, infelizmente. Estou aqui por uma briga, porque sou um conjunto de trabalhos na Ceilândia. Ao mesmo tempo em que tenho um trabalho de sociabilidade, gero emprego, renda, sociabilidade, caráter, dignidade, muita coisa que passa despercebidamente. A Associação Bateria Nota Show é um projeto social pelo qual já passaram mais de cinco mil crianças, jovens e adultos, isso catalogado. Hoje, há uns que dizem que ela é boa; outros, dizem que é ruim, mas já formamos, entre os músicos, mais de cem ritmistas. Temos um grupo de apresentação e também colocamos estruturas. Temos um dom na sociedade, mas, pela mídia, somos marginais por tudo o que fazemos. Tiramos as crianças das ruas, damos dignidade a elas, profissionalizamo-as, fazemos o papel de pai, de mãe, de tio, de Governo e somos rotulados de ladrões.

Meus amigos produtores, meus amigos músicos, eu só queria que a Secretaria de Cultura, que tanto ajudamos, nos desse a oportunidade de sermos certos, porque não dá para o músico, o artista vir lá de fora fazer um *show* aqui e não ser cobrado praticamente nada. E nós, que trabalhamos praticamente aqui dentro da cidade, não teremos a oportunidade de tocar, pois iremos tocar apenas uma vez por mês. Então, tenho água, luz, telefone, aluguel de sede, manutenção de instrumento, manutenção de monitores para dar aulas aos alunos que se tornarão músicos e se apresentarão para sua própria comunidade, e só poderemos nos apresentar uma vez. Aquelas pessoas que têm uma banda – não sou contra – têm de entrar no regime certo. Sou contra alguém montar um grupo para fazer um show... a banda tem de existir, tem de ensaiar, ter produtor...

Tenho certeza de que outras pessoas continuarão tratando desse tema, como o Cacá, o Luciano e outros. Isso é um pouco da vida da Bateria Nota Show.

Agradeço a oportunidade e gostaria de dizer que a Associação Bateria Nota Show fica na QNM 07, Conjunto O, Lote nº 33 e funciona 365 dias no ano.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao Wagner da Silva Dias, que é o Coordenador-Geral da Associação Bateria Nota Show. Obrigado, Wagner.

Passo a palavra ao Produtor da AQ Produções, Wanderlei Luiz do Amaral.

SR. WANDERLEI LUIZ DO AMARAL – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Agaciel Maia, colegas produtores, artistas. Deputado, eu queria elogiar a sua postura, porque o Governo, através da suspensão temporária das contratações, esqueceu que há famílias que são sustentadas pelos artistas, como o próprio Deputado leu no seu discurso. E esta visão colocada para os artistas da nossa cidade, de que são bandidos, de que estão fazendo... quero agradecer muito a sua colocação. Os artistas e os produtores são profissionais da área que têm feito seu trabalho honestamente e contribuído com a questão da educação em nossa cidade, com a questão da cultura mesmo. Agora, a gente vê que um artista de fora, de outro estado, recebe um valor, até mesmo de cachê, e um tratamento totalmente diferenciado do que recebe o nosso artista. Na nossa cidade, podemos citar Renato Russo, podemos citar tantas pessoas que saíram daqui. Recentemente, Ellen Oléria, que morava em Taguatinga, muro com muro, e está aí, despontando Brasil afora. Nós não temos o reconhecimento do nosso artista local. Artista local é segunda classe. Se ele for da nossa cidade vizinha Luziânia, em Goiás, terá um tratamento totalmente diferenciado. Eu queria só colocar isso, para que a gente pudesse trabalhar com os nossos artistas, que são da nossa cidade e de qualidade. Se o cara está crescendo, é aí que temos de valorizar o seu trabalho. Nós entramos na Secretaria de Cultura... o nosso cachê tem que ser mínimo, tem que ser cachê de *roadie*, mas o artista de fora tem um cachê lá em cima.

Eu queria colocar essa questão e incentivar o nosso pessoal a continuar crescendo, a continuar se especializando no seu trabalho. Há uma corrente muito forte de que o artista está querendo ganhar dinheiro fácil. Não! Creio plenamente que o artista contribui para a mudança da sociedade. Ele contribui para o seu trabalho educativo, sociocultural. Às vezes, a pessoa fala: "O cachê é dez mil reais, vinte mil reais, trinta mil reais". Ganha-se muito, mas ninguém vê que há mais de trinta pessoas trabalhando direta ou indiretamente. Às vezes, há técnicos de som, dançarinos, produtor, uma equipe toda. Então, o cachê do artista local e o do artista nacional não deveria ser tão diferenciado.

Obrigado a todos pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Quero agradecer ao Wanderlei Luiz do Amaral, que é produtor da AQ Produções e que está bem treinado. Parece até um Deputado. Cumpriu o horário dele cronologicamente.

Eu gostaria de chamar o músico e cantor Clóvis Ribeiro.

SR. CLÓVIS RIBEIRO – Boa tarde a todos, boa tarde a esta Casa, boa tarde aos nobres colegas que estão aqui, compondo a Mesa. Estou muito feliz pela

iniciativa, principalmente do Deputado Agaciel Maia. Eu não o conhecia. Estou conhecendo hoje e queria registrar aqui a minha gratidão pela sua iniciativa. Precisamos urgentemente nos organizar, precisamos urgentemente nos reunir mais vezes para discutir esses assuntos. Eles são de extrema urgência para todos nós. Eu gostaria de ressaltar, na minha fala, que estamos aqui, produtores, músicos, artistas de qualquer esfera, para trabalhar.

Estamos aqui para compor a cultura. Gostei muito da fala do Deputado, que disse haver um desvio de conceito em que parece que o recurso destinado à cultura é um recurso errado. Isso não é certo. Temos que nos posicionar e dizer que isso não é correto. O recurso para a cultura é tão importante quanto o recurso para qualquer outra pasta. Ele é muito importante, porque contribui para o entretenimento, ele contribui para arte, e nós, como artistas, estamos trabalhando como qualquer outra classe, assim como os senhores que estão aqui estão trabalhando, assim como as pessoas que trabalham aqui nesta Casa, sejam elas concursadas ou requisitadas, estão aqui trabalhando, assim como aqueles que trabalham na área da saúde também estão trabalhando. Então, todos nós que estamos aqui estamos trabalhando e necessitamos desse recurso para poder continuar fomentando a cultura, porque o que nós fazemos é isso, fomentar a cultura, fazer que haja entretenimento em nossas cidades, nas RAs, juntamente com os administradores, etc.

Não vou me estender muito na minha fala. Já vi aqui que muita coisa foi dita. Eu gostei muito de uma fala desse rapaz da instituição da bateria. Eu sou baterista, amo bateria, e gostaria de dizer que gostei muito. Por que a mídia só fala mal? Por que a mídia só diz o lado ruim? Por que não mostra o lado bom? Por que não mostra quantos jovens e quantos eventos contra as drogas nós fizemos? Eu fiz bastantes eventos contra as drogas e vou continuar fazendo, porque nós somos, nós queremos que nosso País e nossa cidade tenham uma quantidade menor de pessoas usuárias de drogas. Se você for ao centro de Taguatinga, você vai ver uma porção de gente que é usuária e infelizmente não consegue sair disso. Quantos eventos nós fizemos para poder melhorar a comunidade? Quantos estão aqui? Muitos fizeram muitos eventos. Então isso nós precisamos dizer, e esta tribuna está aqui, e aqui como se diz é a Casa do Povo, para que nós possamos dizer isto: que nós fazemos sim cultura para melhorar nossa cidade.

Queria agradecer a oportunidade. Muito obrigado, Deputado. Por favor, continue com a iniciativa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Quero agradecer ao músico e cantor Clóvis Ribeiro pela sua participação.

Concedo a palavra ao artista Luciano Ibiapina.

SR. LUCIANO IBIAPINA – Cumprimento o Deputado Agaciel Maia e a Mesa.

Eu tenho que ser rápido porque três minutos para falar tudo que sinto realmente não daria, mas eu vou tocar em três pontos aqui. Acho que o governo tem que agradecer o que cada classe cultural faz, como hoje o que nós fizemos pelo samba: Brasília é reconhecida no Rio de Janeiro e no Brasil inteiro. Então nós não somos vagabundos nem ladrões, somos artistas.

Dois. Eu queria fazer uma pergunta à Secretaria de Transparência. Eu me senti altamente envergonhado quando a Secretaria teve coragem de colocar dados no sistema que não procedem com a realidade do que aconteceu no Distrito Federal. Ser solidário ao artista que tocou por 20 mil, e a Rede Globo divulgou que foram 200 mil porque estava no Portal da Transparência dizendo que eram 200 mil. Estou sendo solidário a esse artista. É uma vergonha (Palmas.)

A outra situação é que acho que temos algo importante, que é o microfone. Temos esse poder. Então, dando continuidade a este trabalho, vamos às ruas, vamos colocar nossos trios elétricos, nossos palcos, vamos colocar nossa força de vontade e nosso talento e mostrar para a mídia que temos condição de mobilizar e mudar, porque uma coisa que tenho que trabalhar se chama Parecer nº 393 da Procuradoria. Lá estou apto a trabalhar, e, infelizmente, mesmo estando apto, encontramos essas coisas que me deixam até emocionado. Não sei o que posso dizer dessas pessoas que querem dizer que nós somos vagabundos, ladrões ou outra coisa mais.

Mas o que me deixa feliz é que Brasília continua mostrando que não vamos parar. Eu acho que eles pegam nossa classe, que está desunida, para tampar buracos que só Deus sabe. Então é mais fácil bater na cultura do que bater em outros lugares. E vamos tomar vergonha na cara, nos unir e mostrar a eles que não somos mais desorganizados, que nós não aceitaremos mais isso, e vamos mostrar para a sociedade quem são os verdadeiros vagabundos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a participação do artista Luciano Ibiapina.

Concedo a palavra ao jornalista cultural do jornal *Daqui*, o Sr. Júnior.

Quero aproveitar esse intervalo, antes de o Sr. Júnior fazer seu pronunciamento, para parabenizar o jornal *Alô Brasília,* que tem uma atividade cultural forte ali no Setor Comercial Sul. Ele está comemorando hoje 5 anos. Quero parabenizar toda a equipe gráfica, os jornalistas, principalmente o Tiago, que é quem faz essa cobertura daqui, da Câmara Legislativa, e, em especial, o Diretor-Presidente o Sr. Hélio Queiroz.

Concedo a palavra ao Sr. Júnior, do jornal *Daqui.*

SR. JÚNIOR – Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar aqui o Deputado Agaciel Maia e, no nome dele, os demais presentes à Mesa. Quero parabenizar o Deputado Agaciel Maia pela iniciativa louvável e importante.

Quero começar falando sobre o toque de recolher que estão querendo implantar lá em São Sebastião. Dizem que está havendo muitos crimes, então, a medida para parar com os crimes é, à meia-noite, todas as casas de *shows,* de eventos, esse negócio todo, terem que fechar tudo e todo mundo, como bons meninos, ter que ir para casa dormir.

As casas funcionam até 3h da manhã. Essa medida de até meia-noite, esse toque de recolher que estão querendo colocar goela abaixo nos produtores culturais, no pessoal lá de São Sebastião, não vai resolver a problemática da violência lá na cidade. Eu sei que a gente está aqui para falar de cultura, mas vou falar dessa questão até porque as mortes que acontecem lá são devidas à guerra entre gangues, e as mortes acontecem durante o dia, jamais em alguma casa de show ou evento lá em São Sebastião. Só essa parte.

Quero aqui defender os produtores culturais do DF e lá de São Sebastião também. Como sou um profundo conhecedor dessa demanda dos artistas, eu sei que vocês, tanto de São Sebastião, como do DF, tiram leite de pedra porque a situação é caótica, não é fácil, e os caras ainda querem fazer isso aí, ainda querem achincalhar, querem perseguir o pessoal da cultura – esse pessoal que, além de gerar cultura, ainda gera emprego e renda no Distrito Federal.

Outra questão também é que eu quero mandar um forte abraço para o pessoal da Associação dos Artistas lá de São Sebastião. (Palmas.) Quero agradecer o espaço que a mim foi concedido aqui nesta Comissão e mandar um abraço para cada um dos presentes e finalizar dizendo que cultura é arte, e a arte está na alma do povo brasileiro. Deus salve a cultura! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – No que diz respeito a essa questão de São Sebastião, eu fiquei sabendo que isso foi regulamentado por uma portaria da Administração e que houve a solicitação da Polícia Militar na justificativa de que estava aumentando a criminalidade. Eu liguei para o Secretário de Segurança, Sandro Avelar. Achei que os horários estão equilibrados: até 1h de segunda a quinta, eu acho; 3h no sábado e 2h no domingo. Isso está sendo mantido porque essa alteração só pode ser dada pela Administração. É normal.

Isso iria prejudicar porque imagine você no sábado, estando numa pizzaria, tendo que fechar. Isso iria causar desemprego, até mesmo de garçons e outras categorias que trabalham nessa atividade, e o fundamento da criminalidade, pelas estatísticas dos crimes, mostravam que os crimes não aconteciam nem nesses locais nem nos horários que estariam sendo restringidos, deixando a entender, parecer que iria fechar cedo para o pessoal não ter que trabalhar, ou seja, não ter que estar na rua. Se não há movimento nenhum na rua, não há essa preocupação da Polícia Militar ou dos outros de ficarem fazendo a ronda.

Então, eu conversei com o Sandro Avelar, o Administrador Jucélio está aqui de São Sebastião. Está mantida a portaria lá com os mesmos horários de junho.

Então não foi mudada, apesar de ter havido essa tentativa de reduzir um horário, mas não era compatível. Por que só São Sebastião? (Palmas.)

Agradeço a participação do Júnior, do jornal *Daqui*, de São Sebastião e convido a fazer uso da palavra o empresário da CRV Produções, Mauro Roberto da Mata.

SR. MAURO ROBERTO DA MATA – Quero agradecer aos Deputados que estão presentes, à Secretaria de Transparência. Nos últimos dias, em Brasília, não é só a cultura que está com toda essa dificuldade, Deputado Agaciel Maia, pessoas estão sendo presas todos os dias sem nenhum tipo esclarecimento; estão entrando na casa de algumas pessoas para levar documentos, sem dar explicação nenhuma. Estou sendo, assim, solidário aos meus amigos, na realidade.

A cultura está chegando a um nível tal, que eu tenho que parar de fazer eventos, porque não cabe mais a gente fazer eventos sendo ameaçado todos os dias pela Secretaria, ou pela Corregedoria, ou pela Transparência, que deveriam, realmente, chamar as pessoas de quem estão com alguma desconfiança e conversar uma por uma; não invadir a casa das pessoas, como estão invadindo a casa de alguns amigos meus, acabando com a cultura em Brasília.

Acho que a Secretaria de Cultura é a primeira que deveria estar aqui presente, para saber e ouvir as pessoas da cidade. Infelizmente, Brasília, na parte cultural, está sem dono. Vimos aqui, alegremente, o Deputado Agaciel Maia defender a cultura em Brasília – é uma pessoa por quem tenho um carinho muito grande –, e todos da cultura têm que aplaudir a iniciativa do Deputado Agaciel Maia.

Estamos trabalhando para melhorar cada vez mais Brasília, como vi várias pessoas defendendo... Publicação errada todos os dias. O cachê de um amigo meu, cuja banda defendo, como o Luciano Ibiapina falou agora mesmo, o Luciano do Paranoá, publicaram que era de 200 mil reais, perguntaram para mim, ainda antes da matéria, se era aquilo mesmo, mandei a cópia do empenho para ele, o contrato, que era de 20 mil reais, mesmo assim ela falou que não tinha tempo mais de tirar a matéria, que tinha que fazer a matéria. É uma falta de vergonha na cara. Então a imprensa, antes de falar alguma coisa, tem que chegar e saber o que está falando.

Eu queria que todos viessem aqui falar não só da cultura, mas dos problemas que estão ocorrendo todos os dias. Porque a mídia tem que saber o que fala, como nós temos que saber como estamos fazendo os nossos processos, acompanhando o que a banda tem, saber que a banda tem que fazer também as matérias, saber que tem que ter os contratos, a nota fiscal; a mídia também tem que saber o que fala, de cada um aqui, porque todos aqui são pais de famílias, ou são de famílias certas – acredito nisso.

Então, não só a Transparência, que está aqui, deveria estar aqui também a Corregedoria, a Cultura, as Administrações Regionais, o Ministério Público, e muito mais. Eu trabalho há 18 anos nessa área, acho que todos me conhecem aqui, eu